



Plano Safra recorde

Parlamentares trabalharam na recomposição do programa para benefício de pequenos e médios produtores

Licenciamento Ambiental e Regularização Fundiária

Legislação precisa avançar para sanar problemas sociais e econômicos no Brasil

BR do Mar e Marco Legal das Ferrovias

Infraestrutura e logística para escoamento de produção

SÉRGIO SOUZA

O AGRO NÃO PAROU!

GESTÃO MARCADA PELO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA
E A CRISE GERADA PELA GUERRA NO LESTE EUROPEU

AUTOCONTROLE



APROVADO

EM PLENÁRIO

O Projeto de Lei do Autocontrole, permite a agroindústria garantir e demonstrar que seus produtos cumprem os requisitos de higiene e operação regulamentados pelo Ministério da Agricultura.

DEP. PEDRO
LUPION
(PP-PR)

DEP. SÉRGIO SOUZA
(MDB-PR)

DEP. CHRISTINO ÁUREO
(PP-RJ)

DEP. DOMINGOS SÁVIO
(PL-MG)

SEN. ZEQUINHA
MARINHO
(PL-PA)

SEN. LUIS
CARLOS HEINZE
(PP-RS)

Sumário

- 6** AMBIENTAL
Licenciamento Ambiental foi aprovado por 300 votos favoráveis na Câmara
- 16** REPORTAGEM ESPECIAL
Neri Geller
- 17** SUSTENTABILIDADE
Projeto orienta o uso do solo, da produção e da comercialização de produtos agropecuários baseada nas Bacias Hidrográficas brasileiras
- 22** REPORTAGEM ESPECIAL
Nelson Barbudo
- 23** INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Política de Mobilidade Rural facilitará o escoamento da produção agropecuária no país
- 28** REPORTAGEM ESPECIAL
Acir Gurgacz
- 29** CONECTIVIDADE NO CAMPO
Universalização das telecomunicações no meio rural
- 31** DEFESA AGROPECUÁRIA
Bioinsumo é opção para reduzir custo de produção de alimentos no Brasil
- 40** REPORTAGEM ESPECIAL
Christino Áureo
- 41** POLÍTICA AGRÍCOLA
Agropecuária no mercado financeiro: Fundos de Investimentos das Cadeias Agroindustriais
- 59** REPORTAGEM ESPECIAL
Aline Sleutjes
- 60** MATÉRIA DE CAPA
Gestão de Sérgio Souza a frente da FPA é marcada pela superação do agro
- 62** DIREITO DE PROPRIEDADE
Projeto que regulamenta a demarcação de terras indígenas avança na Câmara
- 67** RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Diretora-geral da OMC Ngozi Okonjo-Iweala visita sede da FPA
- 70** AGRICULTURA FAMILIAR
Assistência técnica e extensão rural entre os benefícios ao trabalhador rural
- 71** REFORMA TRIBUTÁRIA
Bancada atuou para manter a competitividade do setor com a renovação do Convênio 100
- 74** REPORTAGEM ESPECIAL
Paulo Bengtson
- 75** TRABALHISTA
FPA também se dedicou às questões trabalhistas
- 76** MATÉRIA ESPECIAL
Liderar é preciso
- 78** AGENDA LEGISLATIVA



EXPEDIENTE

Presidente FPA

Dep. Sérgio Souza (MDB-PR)

Vice-presidente FPA

Dep. Neri Geller

Presidente Instituto

Pensar Agro
Nilson Leitão

Diretor-Geral

Edimilson Alves

Administrativo

Gerente

Itazil Benício

Dayane Costa
Luís Filipe Silva
Victor Carezolli (TI)

Projeto gráfico

Jorge Ribeiro

Técnica

Coordenador

Gabriel Lemos

Thaísa Freitas
Hyan Canales

Fotos

Arquivo FPA
João Paulo Veras
Andreza Costa
Marlon Mendes

Estratégica

Gerente Câmara dos Deputados

Mírian Vaz

João Victor Mota
Iandra De Conto
Elias Guimarães

Gerente Senado Federal

Ana Paula Hummel
Mariana Zidorio
Sadra Almeida

Comunicação

Gerente

Danielle Arouche

Rafael Pacheco
Nathália Holanda
Raul Lénnon
João Paulo Veras
Andreza Costa

Elsânia Estácio
Guilherme Ximenes
Anderson Conrado
Marlon Mendes
Maximiliano Carvalho

MESA DIRETORA - BIÊNIO 2021 - 2022



Dep. Sérgio Souza
MDB/PR
Presidente da FPA



Sen. Zequinha Marinho
PL/PA
Vice-Presidente Senado



Dep. Neri Geller
PP/MT
Vice-Presidente Câmara



Dep. Evair de Mello
PP/ES
2º Vice-Presidente
Câmara



Dep. Domingos Sávio
PL/MG
Vice-Presidente Região
Sudeste



Dep. Paulo Bengston
PTB/PA
Vice-Presidente Região
Norte



Dep. Júlio César
PSD/PI
Vice-Presidente Região
Nordeste



Dep. Santini
PTB/RS
Vice-Presidente Região
Sul



Dep. Nelson Barbudo
PL/MT
Vice-Presidente Centro-
Oeste



Sen.ª Soraya Thronicke
UNIÃO/MS
Coordenação - Político
Senado



Dep. Pedro Lupion
PP/PR
Coordenação - Político
Câmara



Sen. Marcos Rogério
PL/RO
Coordenação - Jurídico



Dep.ª Aline Sleutjes
PROS/PR
Coordenação -
Institucional



Dep.ª Greyce Elias
AVANTE/MG
Coordenação - Secretário



Dep. Zé Vitor
PL/MG
Coordenação - Comissão
de Meio Ambiente



Dep. Lúcio Mosquini
MDB/RO
Coordenação - Comissão
de Direito de Propriedade



Dep. Zé Mario
MDB/GO
Coordenação - Comissão
de Política Agrícola



Dep. Schiavinato PP/PR
Coordenação - Comissão de
Defesa Agropecuária
In Memoriam



Dep. Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP
Coordenação - Comissão de
Infraestrutura e Logística



Dep. José Rocha
UNIÃO/BA
Coordenação - Comissão
Trabalhista



Dep. Hildo Rocha
MDB/MA
Coordenação - Comissão
de Relação Internacional



Dep. Celso Maldaner
MDB/SC
Coordenação - Comissão
de Agricultura Familiar



Dep. Luiz Nishimori
PSD/PR
Coordenação - Comissão
de Segurança no Campo



Dep. Lucas Redecker
PSDB/RS
Coordenação - Comissão de
Política de Abastecimento



Dep. Christino Aureo
PP/RJ
Coordenação - Comissão
de Endividamento Rural



Dep. Vinícius Poit
NOVO/SP
Coordenação - Comissão
de Tecnologia no Campo



Dep. Dr. Leonardo
REPUBLICANOS/MT
Coordenação - Comissão
de Alimentação e Saúde



Dep. Zé Silva
SD/MG
Coordenação -
Comunicação

VOGAIS

Dep. Alceu Moreira MDB/RS
Sen. Izalci Lucas PSDB/DF
Dep. Marcelo Aro PP/MG
Dep. Arthur Maia UNIÃO/BA
Sen. Irajá PSD/TO
Dep. Pinheirinho PP/MG
Dep. Nivaldo Albuquerque PTB/AL
Sen. Luis Carlos Heinze PP/RS
Dep. João Roma PL/BA
Dep. Vermelho PSD/PR

Sen. Jayme Campos UNIÃO/MT
Dep. Vicentinho Júnior PL/TO
Dep. Evandro Roman PP/PR
Sen. Sergio Petecão PSD/AC
Dep. Darci de Matos PSD/SP
Dep. Beto Pereira PSDB/MS
Sen. Marcelo Castro MDB/PI
Dep. Bia Cavassa PSDB/MS
Dep. Emidinho Madeira PL/MG

Sen. Acir Gurgacz PDT/RO
Dep. Giovanni Cherini PL//RS
Dep. Enrico Misasi PV/SP
Dep. Pedro Wesphalen PP/RS
Dep. Soraya Manato PTB/ES
Dep. Alan Rick UNIÃO/AC
Dep. Reinhold Stephanes Jr. PSD/PR
Dep. Kim Kataguirí UNIÃO/SP
Dep. Franco Cartafina PP/MG

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS E SAIBA TUDO SOBRE O AGRO BRASILEIRO



fpagropecuaria



fpagro



@FpagropecuariaOrgBr

Editorial

Foram dois anos de muita dedicação e superação de desafios durante toda a pandemia de COVID-19 e de questões geopolíticas, como a guerra entre Ucrânia e Rússia, afetando o custo de produção brasileiro. A agropecuária nacional é, sem dúvida nenhuma, um setor aguerrido: não parou um segundo no momento em que várias nações do globo mantiveram isolamento social e temeram por sua segurança alimentar. O Brasil seguiu firme no seu abastecimento alimentar interno e externo.

Exercer a liderança da Frente Parlamentar da Agropecuária, com mais de 280 parlamentares trabalhando pelo setor que mais movimenta a economia brasileira, é um dos exercícios mais felizes da minha trajetória política. Nesta revista, um resumo de todas as ações parlamentares que definiram os rumos da agropecuária nacional nos últimos dois anos. Aos meus colegas desta bancada organizada e perseverante, meu muito obrigado por confiar em nossa missão.

Leis importantes foram aprovadas pela Câmara dos Deputados como a Lei de Modernização dos Pesticidas, Licenciamento Ambiental, Regularização Fundiária, Bioinsunos, Autocontrole e medidas de acesso ao crédito e seguro rural. No Senado, debatemos todos esses projetos nas comissões temáticas e agora estão prontos para análise do Plenário, com exceção da Lei de Autocontrole e do Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fia-gro), já sancionados.

Cuidamos do transporte pelo mar, ferrovias e rodovias, com os projetos referentes a BR do Mar; o Marco Legal das Ferrovias e Peso por Eixo. Promovemos com o PLN 4 a abertura de R\$ 19,8 bilhões em crédito suplementar, dos quais R\$ 3,68 bilhões para subvenção aos programas de financiamento agropecuário do Plano Safra, um recorde.

Projetos que há décadas não se mexiam no Congresso Nacional, e que, nos últimos anos, caminharam a passos largos para uma definição. Fruto de um



DEP. SÉRGIO SOUZA (MDB-PR)

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

trabalho árduo e diuturno de uma gestão que, assim como o agro brasileiro, não parou.

A FPA é o retrato do que defende, o espelho do que vislumbra, e vive o presente com a certeza de que o futuro pode ser ainda melhor com o setor produtivo cada vez mais forte e uma bancada ciente das responsabilidades no desenvolvimento de políticas públicas.

O futuro do agro brasileiro se molda na luta pela redução dos custos de produção, do alimento mais barato na mesa de cada cidadão e na sustentabilidade do setor agropecuário. Não à toa, a Organização das Nações Unidas vê no Brasil o grande pilar para produzir alimento ao mundo nas próximas décadas. Somos os protagonistas da mais nobre função: alimentar pessoas.

Boa leitura e muito obrigado!

LICENCIAMENTO AMBIENTAL FOI APROVADO POR 300 VOTOS FAVORÁVEIS NA CÂMARA

ARTICULAÇÃO DA FPA GARANTIU APOIO MACIÇO DA BANCADA
E PROPOSTA AGUARDA ANÁLISE NO SENADO FEDERAL

A votação do texto que institui o Marco Geral do Licenciamento Ambiental apresentado pelo relator, deputado **Neri Geller (PP-MT)**, demonstrou a força da bancada agro do país, na busca pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil. O texto foi aprovado com 300 votos favoráveis na Câmara dos Deputados.

O relatório cria definições claras e objetivas, com padronização aos tipos de licenças possíveis em todo o território nacional, e a imposição de prazos para a emissão das licenças e manifestação das autoridades envolvidas. Bem como, o período de validade para as licenças ambientais de forma unificada para todo país.



Neri Geller (PP-MT)

Veja o que disseram os parlamentares da FPA:



Kim Kataguirí (União-SP)

“O relatório não possibilita que grandes obras fiquem livres de licenciamento ambiental.”

“Votar essa proposta significa liberar bilhões de reais represados em vários projetos travados que não conseguem avançar.”



Alceu Moreira (MDB-RS)



Sérgio Souza (MDB-PR)

Geller comemorou a aprovação na íntegra após intensa articulação junto ao Governo Federal e membros da sociedade civil. “Este trabalho foi feito durante 17 anos, mas se intensificou com a liderança do deputado Kim e agora na conclusão do relatório chegando ao Plenário por mim”, disse.

Já o presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, destacou a força do setor agropecuário durante o processo de convencimento. “Nós da FPA queremos a redução do custo Brasil, que tenhamos alimento de qualidade ao alcance do cidadão brasileiro e queremos cuidar do meio ambiente e acelerar a economia”, declarou.

A proposta estabelece que os entes federativos definirão as tipologias (lista do que é licenciável), os critérios (porte e potencial poluidor), qual tipo de licença irá obedecer (mais simplificada ou mais complexa), e garante que o licenciamento ambiental será aberto à participação pública.



Zé Vitor (PL-MG)

“Temos que permitir que o Brasil avance, permitir que a legislação ambiental seja aprimorada. Este não é um projeto de governo mas, sim um projeto de Brasil. .”

“O novo marco do licenciamento ambiental vem uniformizar e modernizar o sistema atual.”



Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

10 ANOS DO CÓDIGO FLORESTAL

EVENTO RECEBEU AUTORIDADES E PREMIOU
PERSONALIDADES LIGADAS AO SETOR AGROPECUÁRIO

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) comemorou, em maio de 2022, os 10 anos da promulgação do Código Florestal Brasileiro. Além dos membros da bancada, o evento contou com a presença de autoridades e representantes do setor agropecuário e homenageou personalidades que fazem a diferença para o agro.

O presidente da FPA, deputado federal **Sérgio Souza (MDB-PR)**, comemorou o resultado do trabalho do Código Florestal e de outros projetos liderados pela Frente. “Muito do que nós estamos comemoran-

do é resultado do trabalho de todos que estão aqui. É motivo de muita honra representar as causas do nosso povo brasileiro, em especial do produtor rural”, disse.

A ex-ministra da Agricultura, senadora **Tereza Cristina**, recebeu o prêmio Moacir Micheletto de Personalidade do Ano e ressaltou o trabalho desenvolvido pela bancada. “Quero dividir com toda a FPA esse troféu que pertence a todos que se dedicam pelo desenvolvimento do nosso país.”

Para o senador **Zequinha Marinho (PL-PA)**, vice-presidente da FPA no Senado, apesar das implementações que ainda precisam ser realizadas, o Código Florestal é uma das leis mais rigorosas do mundo. “Conciliamos tudo isso num verdadeiro marco legal. Lutaremos juntos pela melhoria da lei e para que ela esteja sempre presente na vida do brasileiro”.

O então ministro da Agricultura, **Marcos Montes**, afirmou que a importância do Código consegue ultrapassar diversas barreiras e atinge também questões de segurança alimentar. Segundo ele, “pode-se bater no peito e dizer que somos a potência agroambiental que todos sonham ser”.



Sérgio Souza (MDB-PR)



Tereza Cristina



Zequinha Marinho (PL-PA)



Marcos Montes

PROPOSTA PREVÊ A PRORROGAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

COM O CADASTRO, PRODUTORES TERÃO ACESSO AO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL



Zé Vitor (PL-MG)

O Projeto de Lei 36/21 buscava prorrogar, até o dia 31 de dezembro de 2022, o prazo para que pequenos produtores rurais possam se inscrever no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ter direito aos benefícios do Programa de Regularização Ambiental (PRA). A proposta foi apresentada na Câmara dos Deputados pelo deputado **Zé Vitor (PL-MG)**.

Zé Vitor lembra que nos últimos anos diversos foram os desafios, sobretudo aos pequenos produtores, relacionados à pandemia de Covid-19, o que dificultou o processo de entrega voluntária de informações sobre suas propriedades para compor o CAR.

“A ideia é que esse período de extensão servisse para que o Poder Público tenha prazo hábil para auxiliar o pequeno produtor a realizar seu próprio CAR e a requerer sua inscrição no PRA”, disse. O parlamentar acrescenta que o prazo adicional garantirá também que os estados e o governo federal estabeleçam de forma satisfatória os PRAs.

Foi publicada no Diário Oficial da União, em dezembro de 2022, a Medida Provisória que altera o prazo para que produtores rurais se inscrevam no Programa de Regularização Ambiental (PRA). A MP 1150/2022 prevê que o órgão ambiental precisa convocar o produtor, e só após essa data, o agricultor terá até seis meses para responder ou assinar o Termo de Compromisso ao PRA. O presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, destacou a necessidade de dar segurança jurídica e a importância da alteração do prazo. “Isso vai facilitar para todos, já que envolve a garantia de segurança jurídica, que é uma das principais preocupações da FPA.”





AVIÕES AGRÍCOLAS PODERÃO SER UTILIZADOS PARA COMBATER A INCÊNDIOS FLORESTAIS

TEXTO PERMITE A UTILIZAÇÃO DE AVIÕES AGRÍCOLAS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS

Em julho de 2022 foi sancionada a Lei Ordinária 14.406/2022, oriunda do Projeto de Lei 4629/20, de autoria do senador **Carlos Fávaro (PSD-MT)**, atual ministro da Agricultura, que autoriza a contratação por parte do poder público de aviões agrícolas para o combate a incêndios florestais. “Estamos falando da liberação do uso da segunda maior frota de aviões agrícolas do mundo para o auxílio à preservação ambiental”, disse Fávaro.



Carlos Fávaro (PSD-MT)

Pela proposta, fica alterado o Código Florestal, com a determinação de que os planos de contingência para o combate aos incêndios tenham diretrizes para o uso da aviação agrícola. De acordo com o relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado **José Medeiros (PL-MT)**, esta era uma pauta pela qual o Pantanal há muito ansiava. “Nós temos uma grande esquadrilha de aviões agrícolas disponível. Agora os fazendeiros vão poder ajudar no combate aos incêndios.”

O deputado **Zé Vitor (PL-MG)**, relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente da Câmara destacou que “com a entressafra no país, muitos dos aviões utilizados na proteção do cultivo agrícola ficam inutilizados. A ideia é que eles possam contribuir com a contenção dos incêndios.”



José Medeiros (PL-MT)

ESTUDOS PRÉVIOS E CONSULTA PÚBLICA PARA A DEFINIÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Em defesa dos afetados pela Unidade de Conservação, Zona de Amortecimento e corredor ecológico, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou, em junho de 2021, o relatório do deputado **Paulo Bengtson (PTB-PA)** ao projeto de lei 1205/2019.

A Zona de Amortecimento é uma área estabelecida ao redor de uma unidade de conservação para filtrar os impactos negativos das atividades que ocorrem fora dela, como: ruídos, poluição, espécies invasoras e avanço da ocupação humana, especialmente nas unidades próximas a áreas intensamente ocupadas.

Bengtson destaca que “é uma importante vitória para o Brasil e para o desenvolvimento da nossa nação”. No relatório, o deputado propôs que a definição da zona de amortecimento de uma unidade de conservação fosse estabelecida no ato de criação desta área. A proposta estabelece, ainda, que a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

REDUÇÃO DO PERCENTUAL DO BIODIESEL NO DIESEL PREOCUPA MEMBROS DA BANCADA

DECISÃO DO GOVERNO DE ENCERRAR O MODELO DE LEILÕES PARA COMPRA DE COMBUSTÍVEIS TAMBÉM GEROU APREENSÃO

Em 2021, membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) demonstraram preocupação com a questão dos biocombustíveis no país. O deputado **Pedro Lupion (DEM-PR)** explicou que a redução do percentual de 13% para 10% do biodiesel no diesel comercial, vendido nos postos de gasolina, e a decisão do governo federal de encerrar o modelo de leilões para compra do combustível, gerou apreensão entre os principais agentes do setor. "Estamos falando do risco do fim de um setor tão importante para o país," disse Lupion.

O deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, destacou que o álcool e o biodiesel integram a matriz energética brasileira com grande destaque e exemplo para o mundo. "São renováveis e ambientalmente corretos, logo, favorecem a questão ambiental."

Já o deputado **Zé Vitor (PL-MG)**, enfatizou que o Brasil precisa estar alinhado com o que há de mais



Pedro Lupion (DEM-PR)

tecnológico para o bem do setor produtivo. "Ser sustentável e responsável é uma característica marcante do nosso país, e os biocombustíveis fazem parte desse importante avanço", disse.

Para o coordenador de Infraestrutura e Logística da FPA, deputado **Arnaldo Jardim (CD-SP)**, o Brasil é um dos países que têm a produção de biodiesel mais satisfatória do mundo. "Nós estamos demonstrando que a mistura não encarece e que o problema é de outra natureza", enfatizou.



Sérgio Souza (MDB-PR)

Arnaldo Jardim (CD-SP)

PROJETO PODE DERRUBAR O DECRETO DA MORATÓRIA DA CANA DE AÇÚCAR

O Projeto de Decreto Legislativo 684/19 anula o decreto presidencial que revogou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar plantada no Brasil. A proposta foi aprovada na Comissão de Agricultura da Câmara, em agosto de 2021. O relator, deputado **Neri Geller (PP-MT)**, destacou que a medida imposta pelo governo gera insegurança jurídica aos produtores rurais, prejudicando a economia do país.

"O Brasil está entre os maiores produtores mundiais de cana de açúcar e condições favoráveis ao plantio podem garantir um

considerável aumento de produção. Além de gerar emprego e renda, o zoneamento da cana-de-açúcar traz energia renovável e sustentabilidade para o meio ambiente," disse.

Neri explica ainda que o zoneamento é um estudo utilizado para ordenar a ocupação do solo por uma atividade econômica que leva em conta características hídricas, solo, clima e aspectos ambientais de uma região. O projeto aguarda análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e depois segue para Plenário.



COP 26 E 27

PARLAMENTARES DESTACARAM
POTENCIAL DO BRASIL NA
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL



Sérgio Souza (MDB-PR)

O presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)** e os deputados **Pedro Lupion (PP-PR)** e **Zé Silva (SD-MG)**, participaram da COP-27, em 2022, realizada na cidade de Sharm El Sheikh, no Egito. Durante o evento, Sérgio Souza destacou o potencial do Brasil na produção de alimentos de forma sustentável. “O Brasil é um país que preza pela segurança alimentar e consegue aliar o aumento da produtividade rural com a preservação das florestas.”

Para Lupion é necessário aliar a produção com a preservação ambiental. “Somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo e temos, também, a maior biodiversidade mundial. Nós temos que conseguir, cada dia mais, aliá-las”, afirmou.

Já o deputado Zé Silva destacou que a COP-27 é para implementação. “Esta é a COP da consolidação, é a expectativa do Brasil ampliar suas negociações e recuperar, especialmente, os órgãos de fiscalização e controle,” disse.



Pedro Lupion (PP-PR)



Zé Silva (SD-MG)



Acir Gurgacz (PDT-RO)



Marcelo Ramos (PSD-AM)

COP 26

Em Glasgow, no Reino Unido, em 2021, na Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, a COP-26, parlamentares da FPA falaram sobre projetos importantes para a preservação ambiental.

O senador **Acir Gurgacz (PDT-RO)** voltou a atenção ao projeto de lei que trata da Regularização Fundiária. “Aprovar é dar legalidade e, por consequência, preservar o meio ambiente”, reforçou.

Já o deputado **Marcelo Ramos (PSD-AM)** falou a respeito do projeto que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões. “É uma oportunidade de novos negócios, gerando crédito a partir de ativos florestais.”

PROJETO REGULAMENTA O MERCADO BRASILEIRO DE **REDUÇÃO DE EMISSÕES**

EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO, A PROPOSTA AUTORIZA
COMPRA E VENDA DE CRÉDITOS DE CARBONO NO PAÍS

Crédito de carbono é um certificado que atesta e reconhece a redução de emissões de gases do efeito estufa, que são responsáveis pelo aquecimento global. O projeto de lei 528/21, de autoria do deputado **Marcelo Ramos (PSD-AM)**, estabelece regras para a compra e venda de créditos de carbono no País. A proposta incentiva ainda o mercado voluntário de carbono e cria um sistema nacional de registro de emissões.

Segundo o parlamentar, a proposta concentra a definição de metas para atividades energética e industrial, que são responsáveis por 70% das emissões de carbono no mundo, e que a agricultura, por ser uma cadeia produtiva de baixo carbono, não será incluída nos setores que terão metas para emissões de gases de efeito estufa.

Para ele, “o que existe hoje no país é um mercado voluntário, em que empresas assumem metas ambientais, como forma de sinalizar suas práticas para investidores, parceiros comerciais e consumidores.”

O presidente da (FPA), deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, ressaltou a importância de convergência do texto em conjunto com o setor agropecuário. “Vai ajudar o país a se posicionar estrategicamente para aproveitar as oportunidades econômicas que serão criadas para a cadeia produtiva no Brasil.”



Marcelo Ramos (PSD-AM)

Já o deputado **Zé Vitor (PL-MG)** destacou o potencial do Brasil para desenvolver uma legislação eficiente. “O agro ficará ainda mais forte com as mudanças que estamos propondo.”



Zé Vitor (PL-MG)



Sérgio Souza (MDB-PR)

Crédito de carbono é um certificado que atesta e reconhece a redução de emissões de gases do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global.

PROPOSTA PREVÊ PERMANÊNCIA DE ÁREAS PARTICULARES PRÓXIMAS A **PARQUES NACIONAIS**

INTUITO É CRIAR SOLUÇÕES ÁGEIS EM
BUSCA DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2022, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, apresentou o projeto de lei 629/2022 para permitir a coexistência de áreas particulares incluídas nos limites de Parques Nacionais. Atualmente, estas áreas são definidas como uma categoria de Unidade de Conservação que compõem o grupo de Unidades de Proteção Integral.



Sérgio Souza (MDB-PR)

A legislação define que os Parques Nacionais são de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. Assim, no caso de criação de parques, que se sobreponham à área particular, os proprietários devem ser indenizados.

Segundo Sérgio Souza, o que se verifica na prática é diferente do que consta no texto da Lei. “Após a criação de unidades de conservação, a falta de verbas impede a efetiva implementação dos objetivos inicialmente previstos, sem que se alcance padrões mínimos de gestão das unidades.”

O parlamentar acrescenta que no caso de unidades de domínio público que incluem propriedades privadas, os particulares afetados com a criação dos parques têm tido dificuldades em receber as indenizações devidas. “Isso acarreta em comprometimento dos direitos de usufruto e esvazia economicamente a propriedade”, destacou.

As alterações da redação propõem, portanto, permitir a coexistência de áreas particulares incluídas nos limites de Parques Nacionais e responsabilizar o Conselho Gestor da unidade a avaliar a compatibilidade das atividades privadas exercidas.

PROPOSTA FACILITA A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS PARA IRRIGAÇÃO EM PROPRIEDADES RURAIS

DIMINUIR A BUROCRACIA E AUMENTAR A PRODUÇÃO DE FORMA SUSTENTÁVEL

Atualmente, o produtor enfrenta restrições quando se trata da construção de reservatórios de água para a irrigação. O projeto de lei 2168/2021 visa facilitar e permitir a construção de barragens para irrigação quando destinada à produção de alimentos e que sirva para cessar a sede dos animais.

De autoria do deputado **José Mário (MDB-GO)**, o projeto prevê como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação para garantir a segurança alimentar e hídrica do país. “Muitas vezes a irrigação é inviabilizada pela burocracia e proibição de usar espaços de APP,” explica José Mário.

O relator, deputado **Nelson Barbudo (PL-MT)**, incluiu no projeto a exigência de que as obras de irrigação sigam as leis e os regulamentos sobre recursos hídricos. “O licenciamento será exigido e apontará todas as condicionantes para minimizar os impactos ambientais”, disse.



José Mário (MDB-GO)

Relator na Comissão de Agricultura, o deputado **Zé Silva (SD-MG)** reforçou que a irrigação é um divisor de águas para o país. “Guardar água significa que ela vai ser preservada, vai alimentar os lençóis freáticos e preservar o meio ambiente.”

PROPOSTA RETIRA CAMPOS DE ALTITUDE DAS FORMAÇÕES FLORESTAIS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

Os Campos de Altitude, atualmente considerados pela legislação como ecossistemas associados ao bioma Mata Atlântica, são formações naturais propícias ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris. Agricultores e pecuaristas utilizam como forma de garantir o sustento, ao mesmo tempo que prestam significativa contribuição para a produção de alimentos.

O projeto de lei 364/2019, de autoria do deputado **Alceu Moreira (MDB-RS)**, retira os cam-

pos de altitude da condição jurídica conferida às formações florestais do Bioma Mata Atlântica.

Essa condição permite que a formação se enquadre nas áreas de vegetação nativa predominantemente não florestais, e, portanto, poderão ser exploradas em regiões cultivadas.

Para Alceu Moreira, “é preciso manter a proteção da região, mas, ao mesmo tempo, permitir ao produtor rural desenvolver suas atividades sem que esteja sujeito a multas, embargos e processos”.





Neri Geller

Um dos responsáveis pelo efetivo trabalho da FPA e de diversos Projetos de Lei é o deputado federal Neri Geller (PP-MT).

“

A FPA é hoje a Frente mais forte do Congresso”.

Qual a importância da FPA para o setor agropecuário?

A FPA é hoje a Frente mais forte do Congresso. A importância dela não se resume só ao agro, mas também as pautas de interesse nacionais.

Como foi ser o principal interlocutor do Licenciamento Ambiental nos últimos anos?

Com certeza uma das matérias mais importantes, não só do agro, mas para a economia do Brasil. O texto é benéfico para o país, já que desburocratiza e dá autonomia aos órgãos licenciadores para dizerem sim e não.

Temas como Regularização Fundiária, Autocontrole e Pesticidas serão aprovados?

São matérias necessárias para o desenvolvimento do Brasil. Ao mesmo tempo em que vamos fazer a preservação ambiental, vamos dar condições ao setor que é o principal agente econômico.

Qual o balanço dos últimos anos em que esteve como vice-presidente da FPA?

Positivo. Demos estabilidade para que fossem votadas pautas que vão além da agricultura, como a reforma da previdência ou como a discussão da reforma tributária.

PROJETO ORIENTA O USO DO SOLO, DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NAS BACIAS **HIDROGRÁFICAS BRASILEIRAS**

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM BACIAS HIDROGRÁFICAS É IMPORTANTE PROPOSTA PARA A CORRETA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Além de instituir a importante Política, o Projeto de Lei 4778/2019, de autoria do deputado federal **Christino Áureo (PP-RJ)**, define a microbacia hidrográfica como a área de relevo, vegetação e recursos hídricos drenada por um curso d'água e que levam direta ou indiretamente, para um leito ou espelho d'água.

“Ao invés de pensarmos o Brasil inteiro, nós preferimos, nesse projeto, pensar o Brasil a partir das suas milhares de microbacias e suas comunidades. Quando aprovamos uma matéria como essa, eu aumento minha crença na possibilidade de o parlamento realizar grandes coisas pelo país”, afirmou o autor da proposta.



Christino Áureo (PP-RJ)

“

Quando aprovamos uma matéria como essa, eu aumento minha crença na possibilidade de o parlamento realizar grandes coisas pelo país”.

Christino Áureo



Zé Vitor (PL-MG)

A relatoria do Projeto ficou por conta do coordenador Ambiental da FPA, deputado federal **Zé Vitor (PL-MG)**, que teceu elogios à redação feita pelo autor da proposta. Para ele, a proposta é inteligente, especialmente, por ter um alcance nacional. “Vai ajudar o país inteiro, inclusive, a solução da falta de chuva pode ser solucionada por meio deste projeto”.

O deputado **Zé Silva (Solidariedade-MG)**, reforçou que a necessidade da proposta é atender o país em todas as regiões, e explicou que uma ação similar já



Zé Silva (SD-MG)

O SETOR PRODUTIVO E O COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)
É EXEMPLO DE CONQUISTA DA BANCADA

Nos últimos anos, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) endossou as prioridades acerca da proteção do meio ambiente sem, é claro, renunciar à produção segura e sustentável. No Congresso Nacional, Projetos de Lei como o de Pagamentos Por Serviços Ambientais (PSA) (PL 312/15, transformada na Lei nº 14.119/21) se tornaram realidade.

Para o deputado federal **Zé Vitor (PL-MG)**, coordenador Ambiental da FPA, o PSA é tão necessário que reúne defensores da conservação e da produção. “A institucionalização do PSA é estratégica no

sentido de tratar a temática de forma mais ampla e compatibilizar o desenvolvimento das ações produtivas com a preservação do patrimônio natural do Brasil”.



Zé Vitor (PL-MG)

O senador **Luis Carlos Heinze (PP-RS)**, também relaciona o PSA à proteção. “A conservação passa pela criação de medidas como essa. Se queremos ótimos resultados, nossas ações devem ser no mesmo nível”.

Para a deputada **Aline Sleutjjes (Pros-PR)**, o PSA vai destravar o desenvolvimento do país. “Alavanca a economia e traz esperança de dias melhores”.

Na mesma linha, o presidente da FPA, deputado federal **Sérgio Souza (MDB-PR)**, acredita que o PSA é essencial para a diminuição da insegurança alimentar. “Estamos falando de produção de alimento de qualidade e preservação da natureza. Esse é um assunto de todos”.



“

Estamos falando de produção de alimentos de qualidade e preservação da natureza. Esse é um assunto de todos”.

Sérgio Souza



CPR VERDE

ABRE CAMINHO PARA OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS AGROAMBIENTAIS

CÉDULA PODERÁ SER USADA EM OPERAÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE FLORESTAS NATIVAS

Uma nova alternativa de mercado foi lançada em 2022 para auxiliar o produtor rural que produz e preserva o meio ambiente. A Cédula do Produtor Rural (CPR) Verde, de adoção em larga escala ou imediata, veio para presentear quem cuida da propriedade rural com a possibilidade de emissão de títulos para empresas interessadas em fazer negócios verdes.

Na prática, um produtor rural que tenha um projeto de conservação da mata nativa, por exemplo, poderá transformar essa iniciativa em um ativo a ser negociado com uma empresa ou instituição que queira fazer uma compensação de carbono ou proteger determinada área de interesse da biodiversidade.

Sobre a CPR, o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

“

É uma oportunidade importante de crescimento para o setor e o país”.

Sérgio Souza



(FPA), **Sérgio Souza (MDB-PR)**, crê que o texto beneficia o produtor rural que produz e conserva. “Ele poderá receber recursos financeiros, emitindo títulos com origem nas suas ações de redução de gases de efeito estufa. É uma oportunidade importante de crescimento para o setor e o país”.

Já **Zé Vitor (PL-MG)**, acerca da Cédula do Produtor Rural, enxerga que toda iniciativa que fomente a conservação é positiva e deve ser enaltecida. “O agro é cobrado diariamente, mas só se cobra de quem traz resultados para o país e consegue cumprir promessas. Além de tudo, a iniciativa vai auxiliar a boa produção agropecuária”.

FUNDO PARA CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS BIOMAS BRASILEIROS

PROMOVER A AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS
PROTEGIDAS É UMA PRIORIDADE DA FPA

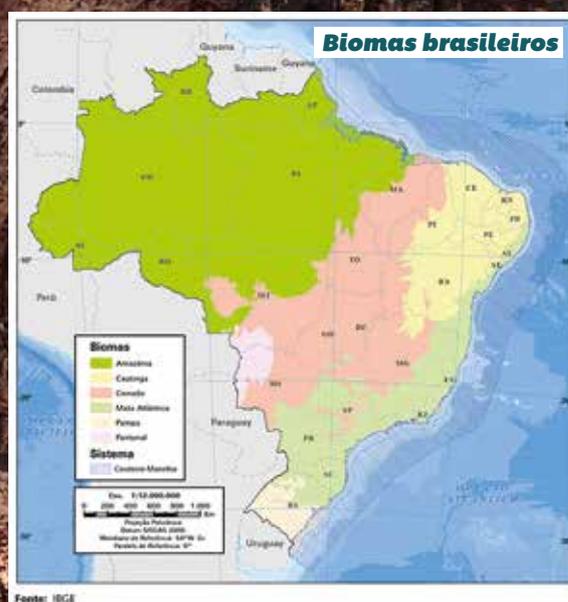


Sérgio Souza (MDB-PR)

A garantia da segurança jurídica é o principal alicerce para a continuidade de crescimento com sustentabilidade, baseado em uma norma única e ajustada ao ordenamento legal, hoje estipulado. Além da participação e contribuição de agricultores, pecuaristas e extrativistas na conservação socioambiental.

Com esse pensamento que o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal **Sérgio Souza (MDB-PR)**, autor do Projeto de Lei dos Biomas (2844/2021), decidiu estabelecer no texto normas adequadas a todos os seis ecossistemas, e assim, impedir que ações errôneas comprometam o meio ambiente.

“Cria um fundo específico para apoiar projetos públicos e privados de modo a fomentar o desenvolvimento sustentável, coibindo ações que possam comprometer o meio ambiente nas regras do código florestal”, explicou.



Biomas brasileiros



BIOMA AMAZÔNICO

Maior do país, está em um território de 4 milhões de km².



BIOMA CERRADO

Ocupa uma área de cerca de 2 milhões de km², o que corresponde a aproximadamente 22% do território nacional.



BIOMA MATA ATLÂNTICA

Ocupa cerca de 13% do Brasil e a maior densidade populacional, abriga mais de 50% da população.



BIOMA CAATINGA

Ocupa cerca de 11% do território e é localizado na região nordeste. É um bioma exclusivamente brasileiro.



BIOMA PAMPA

Restrito ao estado do Rio Grande do Sul e ocupa uma área de 176km², o que corresponde a 2,07% do território brasileiro.



BIOMA PANTANAL

O menor, e uma das maiores áreas úmidas do mundo, configura uma ligação entre o Cerrado e a Amazônia.

RECURSOS COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

SENADO FOI ESSENCIAL NO DEBATE DO ORÇAMENTO E DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No final do ano de 2021, na semana em que o mundo discutia o futuro do planeta na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em Glasgow, na Escócia, o vice-presidente da FPA no Senado Federal, senador **Zequinha Marinho (PL-PA)**, apresentava emendas, na Comissão de Agricultura (CRA) da Casa, que destinam recursos à agricultura sustentável.

As cinco sugestões de emendas para serem incluídas no Orçamento de 2022 somavam R\$ 800 milhões e possibilitavam a realização de ações e projetos para o fortalecimento da atividade agropecuária brasileira. “As pesquisas auxiliam na produção, garantindo que o trabalhador rural possa ampliar seus ganhos”, defendeu o senador Zequinha.

A agricultura familiar também foi atendida. O senador Zequinha defendeu o repasse de R\$ 100 milhões para a estruturação e inclusão produtiva dos

agricultores familiares e dos pequenos e médios produtores rurais. “A agricultura familiar é um importante segmento da nossa produção, fundamental para a segurança alimentar dos brasileiros”.

Foi proposto a destinação de recursos à área de pesquisa para promover, além de garantir a sustentabilidade dos ativos da floresta. Zequinha Marinho entende que a biodiversidade e novas técnicas estão aumentando a produção, garantindo que o trabalhador rural possa ampliar seus ganhos. “De um lado a gente ajuda a preservar e de outro possibilita melhores condições de vida para a população local”, defendeu o senador.



Zequinha Marinho (PL-PA)



As pesquisas auxiliam na produção, garantindo que o trabalhador rural possa ampliar seus ganhos”.

Senador Zequinha



“

A FPA é um time grande que faz jus à sua fama pela organização e profissionalismo”.

Nelson Barbudo

Nelson Ned Previdente, o deputado Nelson Barbudo é produtor rural e político brasileiro. Filiado ao PL de Mato Grosso, o parlamentar ganhou notoriedade ao defender as questões relacionadas ao agro brasileiro no Congresso Nacional.

Qual balanço o senhor faz de seu mandato?

Avalio de forma bastante positiva. Foi um mandato voltado para a defesa do setor, com a minha atuação na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Como foi ter sido um dos principais defensores do setor agropecuário nos últimos anos no Congresso?

Muito gratificante ter sido, conforme indicam as planilhas internas, o primeiro em defesa do setor junto com o grande líder Zé Mário. Agradeço ter feito parte da diretoria (FPA) e, com isso, participar das estratégias e resoluções que tiveram sucesso.

Quais temas o senhor considera prioritários, que foram votados e aprovados durante sua legislatura?

Foram muitos. Dentre eles cito o Funrural e o Marco do Saneamento. O orçamento da Embrapa foi uma mudança boa também, parece que antes a Embrapa não era tão bem apoiada. Também tivemos ainda vitórias na CCJ, como o marco temporal.

POLÍTICA DE MOBILIDADE RURAL FACILITARÁ O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO PAÍS

A EXECUÇÃO DA PROPOSTA PODERÁ OCORRER POR MEIO DE CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE A UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS



Deixar de lado as estradas vicinais afeta de forma dramática a agricultura familiar”.

Christino Áureo

O Projeto de Lei 1146/21 de autoria do deputado **Christino Áureo (PP-RJ)**, cria a Política de Mobilidade Rural para facilitar o escoamento da produção agropecuária no país. A proposta prevê algumas regras para o estímulo às estradas vicinais, tais como respeitar o traçado das vias existentes, que deverão ter largura aproximada de seis metros e redutores de velocidade. Visa também a implantação e a recuperação das vias, que deverão priorizar materiais naturais e resíduos de construção existentes no local, garantindo economia e preservação ambiental.

Para Christino Áureo, são problemas que se tornam invisíveis. “Deixar de lado as estradas vicinais afeta de forma dramática a agricultura familiar, além de trabalhadores rurais e aqueles que residem na roça”.

Por isso mesmo, o texto aprovado na Comissão de Agricultura (CAPADR) e de Viação e Transportes (CVT) da Câmara, garante a execução por meio de convênios firmados entre a União, os Estados e o Distrito Federal, Municípios e consórcios intermunicipais, segundo critérios a serem definidos em regulamento.



Segundo a deputada **Aline Sleutjes (Pros-PR)**, são milhares de quilômetros sem qualquer manutenção nas vias vicinais, o que inviabiliza a agricultura familiar e o escoamento da produção de médios e grandes proprietários. “Estradas rurais são locais prioritários para investir e dar melhores condições de vida para moradores e produtores”, explicou.

MARCO LEGAL DAS FERROVIAS: INVESTIMENTO E MODERNIZAÇÃO

LEI IMPULSIONA OS SETORES AGROPECUÁRIO E ECONÔMICO

Texto que alterou regras para investimentos e o funcionamento das ferrovias foi aprovado em 2021 na Câmara dos Deputados. O PL 3574/2021 (transformado na Lei nº 14.273 de 2022), ou o Marco Legal das Ferrovias, teve amplo apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso Nacional.

A lei altera as regras para investimentos e o funcionamento do setor ferroviário, como a criação de um novo modelo para a realização de investimentos e construção de ferrovias, a modalidade de autorização.

O deputado federal **Zé Vitor (PL-MG)**, relator na Câmara dos Deputados, destacou que o texto visa a criação de um novo modelo para realizar investimentos e construção de ferrovias. “A regulamentação trará ritos mais simplificados para investidores interessados em participar do esforço de ampliação e modernização da malha ferroviária”.

Para o deputado **Arnaldo Jardim (CD-SP)**, a Lei permite o aumento do número de ferrovias e proíbe o monopólio na concessão de autorizações. “Teremos um transporte mais barato e com preço justo para o setor produtivo”.



Zé Vitor (PL-MG)

“

A regulamentação simplificará a ampliação e modernização da malha ferroviária”.

Zé Vitor

Para o senador **Wellington Fagundes (PL-MT)**, a aprovação tem como objetivo incentivar novos investimentos. “Nossa expectativa é que possamos impulsionar esse modal. Um país que está predestinado a ser grande precisa corrigir essa distorção”.



Arnaldo Jardim (CD-SP)



Wellington Fagundes (PL-MT)

ALTERAÇÕES DO PESO POR EIXO NOS VEÍCULOS DE CARGA FACILITAM O TRANSPORTE DE **MERCADORIAS ENTRE AS REGIÕES**

DESABASTECIMENTO INTERNO FOI A PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO DA FPA

A MP 1050/21, transformada na Lei nº 14.229 de 2021, que aumentou de 10% para 12,5% a tolerância máxima permitida sobre os limites de peso por eixo de veículos de carga e ônibus de passageiros, foi um importante incremento do transporte no Brasil, diante da dificuldade de manutenção das cargas durante a viagem nos locais onde ela é originalmente disposta.

Para o deputado **Vicentinho Júnior (PP-TO)**, as alterações vão facilitar o transporte de mercadorias entre as regiões e evitar o desabastecimento. “Nesse cenário, em que medidas precisam ser tomadas para garantir o abastecimento de mercadorias, entendemos que a MP se apresentava como a única solução para a questão”.



Medidas precisam ser tomadas para garantir o abastecimento de mercadorias”.

Vicentinho Júnior



Arnaldo Jardim (CD- SP)

Na visão do deputado **Arnaldo Jardim (CD-SP)**, a aprovação é muito importante para o agro e o transporte. “Acompanhei esse assunto desde o início e sei que vai beneficiar todo o setor”.

O deputado **Pedro Lupion (PP-PR)** propôs em emenda que, no transporte de produtos classi-

ficados como “biodiesel”, a fiscalização do peso com balança rodoviária ou de nota fiscal, fica permitida e autorizada tolerância de 7,5% do peso bruto total, ou do peso bruto combinado.

“A massa específica do biocombustível transportado é, em média, maior do que a do combustível fóssil. Assim, houve casos recorrentes de excesso de peso, com penalidades aos transportadores, o que prejudicou o setor em diversas ocasiões”.



Pedro Lupion (PP-PR)

O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA BR DO MAR

A LEI AUXILIA NA REDUÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

O Projeto de Lei (PL 4199/2020), aprovado em ambas as casas e transformado na Lei nº 14.301 de 2022, implementa a BR do Mar, visando à melhoria da qualidade e a concorrência na prestação do serviço de transporte de cabotagem (transporte marítimo entre portos brasileiros). Outro ponto central da Lei, é a possibilidade de ampliar a frota para a navegação de cabotagem e estimular o desenvolvimento da indústria naval.

Para o deputado federal **Arnaldo Jardim (CD-SP)**, a aprovação do projeto foi fundamental para estimular a concorrência e a diminuição de custos. “É imprescindível que tenha concorrência, que tenha a possibilidade de flexibilização, ressaltando nosso cuidado com o objetivo principal, que é a diminuição dos custos”.

O presidente da FPA, deputado federal **Sérgio Souza (MDB-PR)**, lembrou que a cabotagem no Brasil é uma das mais caras do mundo e faz com que a comida que chega à mesa do brasileiro fique mais cara. “A aprovação é um sinal para a redução dos custos de produção”.

Para o deputado **Gurgel (PL-RJ)**, o texto é consequência de inúmeros diálogos e que a proposta



Arnaldo Jardim (CD-SP)

é primordial para proteger o mercado. “O texto foi aprimorado para atender as mais diversas linhas de pensamentos. Modernizamos a oferta e a competitividade”.

No entendimento de **Alceu Moreira (MDB-RS)**, a maior luta é pela diminuição do custo Brasil. “Quem paga é quem consome o produto e é uma conta muito pesada. Precisamos ter um sistema transparente e é o que essa aprovação vai nos trazer”.



Sérgio Souza (MDB-PR)



Gurgel (PL-RJ)



Alceu Moreira (MDB-RS)



CONSTRUÇÃO DE HIDROVIAS VAI POSSIBILITAR O CRESCIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DE MUNICÍPIOS

PROPOSTA AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA HIDROVIÁRIO
DESDE QUE HAJA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Apesar dos incontáveis benefícios, o sistema hidroviário ainda é pouco utilizado no Brasil e, até por isso, foi criada a proposta que autoriza a utilização de hidrovias brasileiras. O PDL 52/2019, de autoria do deputado **Nelson Barbudo (PL-MT)**, traz a necessidade de que haja licenciamento ambiental e a devolução das comunidades indígenas existentes em determinadas regiões para a efetivação do uso.

Embora as vias navegáveis no Brasil sejam chamadas de hidrovias, o país não possui hidrovias nos moldes que esse tipo de infraestrutura requer. De acordo com Nelson Barbudo, as obras de construção e aprimoramento de hidrovias são essenciais para o desenvolvimento sustentável dessas regiões e viabilizam o escoamento da produção e o abastecimento da população local.

“É a possibilidade de crescimento social e econômico dos municípios.

Além disso, o transporte fluvial é reconhecidamente um transporte ecologicamente mais indicado”, explica o deputado Nelson Barbudo.

O transporte hidroviário no Brasil utiliza comercialmente (para o transporte de cargas e de passageiros) apenas 19,5 mil km ou 30,9% da malha potencialmente utilizável, que chega a 63 mil km.

Praticamente dois terços do potencial não são devidamente utilizados. Os projetos que visam a utilização de transporte fluvial no Brasil, com a utilização do sistema hidroviário precisam apresentar licenciamento ambiental.



Nelson Barbudo (PL-MT)



Praticamente dois terços
do potencial hidroviário
do país não são
devidamente utilizados



Acir Gurgacz faz
balanço das atividades
de seu mandato

Acir Gurgacz

Natural de Cascavel (PR), o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) é médico e em 2000 ingressou na política. Durante seu mandato, presidiu a Comissão de Agricultura do Senado (CRA), e como membro da FPA atuou em defesa de pautas fundamentais para a agricultura nacional.

Senador, quais as pautas destaca durante o seu mandato no Congresso?

Acir Gurgacz: Eu me dediquei especialmente em defender pautas ligadas à agricultura, justamente porque a economia de Rondônia e do Brasil estão fortemente ligadas ao setor. O setor agropecuário é o que mais produz, exporta e emprega.

Quais as principais contribuições do seu mandato para o setor agropecuário?

Acir Gurgacz: Foi a coordenação da reforma do Código Florestal, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente, que beneficiou mais de 50 mil famílias em Rondônia e de milhões de famílias nos nove Estados da Amazônia Legal e de todo o Brasil.

Tem algum momento marcante que o senhor gostaria de destacar durante seu trabalho com a FPA?

Sim, avançamos em temas importantes, como a questão dos fertilizantes, sendo que antecipamos a discussão na CRA, antes mesmo da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que são nossos principais fornecedores de fertilizantes.

UNIVERSALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO MEIO RURAL

MEMBROS DA FPA DESTACAM IMPORTÂNCIA DO 5G PARA O AGRO NO PAÍS

Embora nos últimos anos a presença da internet na zona rural tenha avançado graças a democratização do acesso, ainda há imensos vazios de conectividade no campo brasileiro. Para vencer essas áreas de sombra, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), **Sérgio Souza (MDB-PR)**, destacou que o 5G plus – internet das coisas - disponível em todos os 26 estados e o Distrito Federal vai promover a ampliação da conectividade no agronegócio brasileiro.

“Sabemos a importância da conectividade para a redução do custo de produção e aumento da produtividade. Crescemos muito nas últimas décadas e sem a inovação não teríamos um agro com o tamanho que temos hoje,” disse.

Membro da FPA, o ex-presidente da bancada, deputado **Alceu Moreira (MDB-RS)**, ressaltou a importância de a internet das coisas chegar as pequenas e médias propriedades. “Precisamos democratizar esse processo, a conectividade é importante para a produção rural como a água e o sol,” argumentou.



Sabemos a importância da conectividade para a redução do custo de produção”.

Sérgio Souza

Para o deputado **Pedro Lupion (DEM-PR)**, o impacto será significativo para os pequenos produtores. “Importante conhecermos as inovações e de que forma essa tecnologia pode impactar positivamente o nosso agro”.

“Ser um país referência em agropecuária demonstra todo o potencial que nós temos e, com a inserção de tecnologia de ponta, iremos além,” frisou o deputado **Evair de Melo (PP-ES)**.



Alceu Moreira (MDB-RS)



Pedro Lupion (DEM-PR)



Evair de Melo (PP-ES)

MP AMPLIA ACESSO À CONECTIVIDADE NO CAMPO POR MEIO DO FUST

MODIFICAÇÃO FOI PROPOSTA PELO RELATOR DA MEDIDA PROVISÓRIA 1018/2020, DEPUTADO PAULO MAGALHÃES

Depois de forte atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso Nacional e junto ao Poder Executivo, foi sancionada, em 15 de junho de 2021, a Lei (14.173/2021) proveniente da Medida Provisória (MP) 1018/2020 que modifica trecho do Fust – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Relator da MP na Câmara dos Deputados, o deputado **Paulo Magalhães (PSD-BA)**, ressaltou que a mudança de conceito traz uma nova configuração e amplia o número de beneficiados pela Lei do Fust, já que no texto da norma, o baixo IDH contemplaria apenas 300 municípios. “Precisamos retirar as amarras e viabilizar o seu uso”, declarou Paulo Magalhães.

A alteração das finalidades e destinação de recursos do fundo promove a ampliação da conectividade do agronegócio brasileiro com impactos relevantes na produção do setor.



Não podemos trazer dificuldades à nação”.

Paulo Magalhães



O presidente da bancada, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)** explica que a ampliação do conceito também é uma vitória da Frente. “Sabemos que a tecnologia usada no campo proporciona redução de custos e ganho de produtividade”, declarou Sérgio Souza.

FPA DEFENDE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR COOPERATIVAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) aprovou, em 2021, o relatório do deputado **Pedro Lupion (PP-PR)** ao PL 8824/2017, que assegura às cooperativas a autorização para que elas possam prestar serviços no setor de telecomunicações. O projeto, do deputado **Evair de Melo (PP-ES)**, visa dar segurança jurídica ao cooperativismo.

Lupion explica que, “um dos objetivos para as

cooperativas operarem sistemas de telecomunicações é baratear, oferecer melhores condições aos consumidores”.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicado em junho de 2017, 11,6 milhões de domicílios no país poderiam pagar pelo acesso à banda larga fixa ou móvel (3G ou 4G), porém não possuíam o serviço disponível nas suas localidades.

Para Evair de Melo, “o cooperativismo pode ser uma importante ferramenta para modificar esta conjuntura e alcançar a universalização dos serviços de banda larga.”



Pedro Lupion (PP-PR)

BIOINSUMO É OPÇÃO PARA REDUZIR CUSTO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL

PARLAMENTARES DA FPA ARTICULARAM PARA QUE A PROPOSTA FOSSE VOTADA COM MAIS CELERIDADE

Produtos de origem biológica (vegetal, animal ou microbiana), os bioinsumos surgem como opção para o controle de pragas e doenças nas lavouras e para o aumento da fertilidade do solo, além de contribuírem para a redução dos custos de produção de alimentos no Brasil. A proposta está em análise agora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defende o projeto e tem articulado com os deputados para que a proposta seja aprovada com celeridade no Congresso. O presidente da bancada, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, destaca que o objetivo é reduzir o preço dos alimentos para o cidadão brasileiro.



“

O objetivo é reduzir o preço dos alimentos para o cidadão brasileiro”.

Sérgio Souza



Zé Vitor (PL-MG)



Paulo Bengtson (PTB-PA)

“Tivemos um aumento no custo de produção nos últimos anos, isso faz com que o produtor pague a conta e o nosso setor perca competitividade. O objetivo é reduzir o preço dos alimentos para o cidadão brasileiro” disse Sérgio Souza.

Autor do projeto, o deputado **Zé Vitor (PL-MG)** destaca que o texto foi produzido em conjunto no Congresso Nacional. **Paulo Bengtson (PTB-PA)**, deputado paraense, sintetiza ao dizer que “a proposta elimina exigências e restrições burocráticas desnecessárias na legislação, que prejudicam a pesquisa e a produção de bioinsumos no país”.

PESTICIDAS: MARCO REGULATÓRIO VAI GARANTIR MAIS TECNOLOGIA E SEGURANÇA NO CAMPO

PROJETO TRAZ MAIS
TRANSPARÊNCIA NA APROVAÇÃO
DOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Em resumo, a questão dos pesticidas é debatida no Congresso Nacional desde 2002. Após aprovação na Câmara dos Deputados, em 2022, o Projeto de Lei (PL 6299/2002) foi remetido ao Senado (PL 1459/2022), onde teve como relator o senador **Acir Gurgacz (PDT-RO)** e aguarda apreciação no Plenário da Casa.

A proposta moderniza e garante mais transparência na aprovação e registro dos pesticidas no Brasil e, durante este período de análise da proposta no parlamento, foram realizadas diversas audiências públicas na Comissão Especial que tratou do tema, com a participação de universidades, cientistas, médicos, representantes de órgãos federais e reguladores nacionais e internacionais, da sociedade e de entidades do setor produtivo nacional.

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)** destaca que a Lei do Alimento Mais Seguro iguala o Brasil às maiores potências agropecuárias do mundo, com mais rigor científico e desburocratização dos trâmites.

“Hoje leva-se mais de oito anos para a concessão de registro de um produto novo”, enfatizou o parlamentar, acrescentando que “o projeto busca reduzir esse tempo para dois anos”.

Entre outros pontos, o senador Acir Gurgacz ressalta que a proposta prevê uma análise mais



Acir Gurgacz (PDT-RO)

completa e leva em consideração todos os riscos envolvidos à saúde e ao meio ambiente. “Inclusive, acrescenta critérios referentes à exposição das pessoas a esses produtos, a exemplo do que é feito em países com agricultura similar à brasileira, como Austrália e Estados Unidos”.

“Hoje, os processos não são integrados e informatizados, o que muda com a nova legislação. A modernização da lei manterá todas as competências atuais, porém irá integrar e informatizar o sistema de análise e registro,” diz o deputado federal, relator da proposta na Câmara, **Luiz Nishimori (PL-PR)**.



A modernização da lei manterá todas as competências atuais, porém irá integrar e informatizar o sistema de análise e registro”.

Deputado Luiz Nishimori



BRASIL É REFERÊNCIA MUNDIAL NA **RECICLAGEM DE EMBALAGENS DE PESTICIDAS**

DESCARTE ADEQUADO DE 95% DOS MATERIAIS
GARANTE CAMPO LIMPO HÁ DUAS DÉCADAS

O Brasil é, atualmente, referência mundial quando o assunto é reciclagem de embalagens de pesticidas, com o reaproveitamento de 95% dos recipientes utilizados no país.

Segundo o diretor-presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev), João Rando, todas as embalagens de defensivos agrícolas vendidos no país são recicladas, transformadas novamente em embalagem do mesmo produto ou incineradas em local apropriado.

“Constituímos um programa de logística reversa (Sistema Campo Limpo) que garante a destinação ambientalmente correta de embalagens vazias de defensivos agrícolas reconhecido mundialmente,” disse João Rando.

Presidente da FPA, o deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)** destacou a importância da logística reversa para a preservação do meio ambiente. “O Brasil é o país que tem a agricultura mais sustentável do planeta. Temos que mostrar isso para os brasileiros,” disse.

Segundo o Inpev, de março de 2002 a dezembro de 2021, a instituição superou a marca de 650 mil toneladas de embalagens vazias retiradas corretamente do campo – peso equivalente a 570 estátuas do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Desse total, apenas no ano passado, foram 53,6 mil toneladas.

O deputado **Alceu Moreira (MDB-RS)** ressalta o papel da Banca em acompanhar de perto a questão da logística reversa. “Do ponto de vista ambiental, esse é um trabalho perfeito, nenhuma outra frente no mundo tem o grau de eficiência que temos aqui”, frisou.



Sérgio Souza (MDB-PR)



Saiba +

Em 20 anos 650 mil toneladas de embalagens vazias foram retiradas corretamente do campo.



SELO MAIS INTEGRIDADE COMUNICA AS BOAS AÇÕES DO AGRO

MEDIDA RECONHECE EMPRESAS AGROPECUÁRIAS E COOPERATIVAS DO SETOR QUE ADOTAM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E ÉTICA



Evair de Melo (PP-ES)

Em reunião do colegiado da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em 9 de fevereiro de 2021, o deputado **Evair de Melo (PP-ES)** destacou a importância do Selo Mais Integridade, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Segundo o parlamentar, a medida premia boas práticas do agro brasileiro, e serve como forma de alavancar os negócios do setor agropecuário e cooperativas no país. “O Brasil tem um desafio de comunicar cada vez mais e melhor as boas ações que o agro realiza. Esse tipo de iniciativa realizada pelo MAPA deixa uma marca de integridade, visibilidade e credibilidade para o setor – cria um diferencial competitivo no mercado agropecuário,” disse.

O Selo Mais Integridade é uma ação do MAPA que busca reconhecer empreendimento agropecuários e cooperativas no Brasil que adotam boas práticas de responsabilidade social, ética, sustentabilidade ambiental e comprometimento em inibir fraude, suborno e corrupção.

As empresas e cooperativas contempladas, segundo o Mapa, podem usar a marca do Selo em seus produtos, sites comerciais, propagandas e publicações.

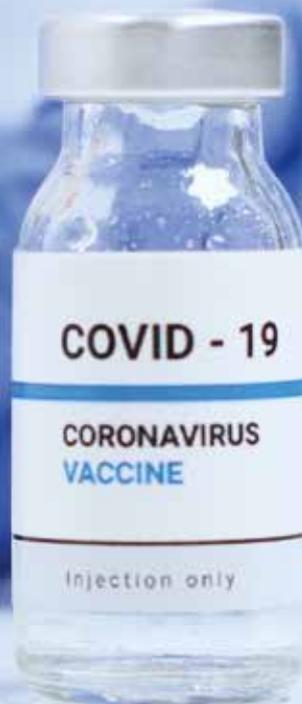


Como funciona

Para receber o Selo, a empresa ou cooperativa precisa comprovar que adota um programa de compliance, código de ética e conduta, canais de denúncia efetivos, ações com foco na responsabilidade social e ambiental e promove treinamentos para melhoria da cultura organizacional.

LEI PERMITE QUE INDÚSTRIA VETERINÁRIA PRODUZA **VACINA CONTRA COVID**

INDÚSTRIAS TÊM CAPACIDADE DE PRODUZIR 400 MILHÕES DE DOSES



Durante a pandemia de Covid-19, o parque industrial de imunizantes veterinários foi autorizado a fabricar vacinas contra o Coronavírus, conforme lei (Lei 14.187/2021) sancionada em 19 de julho de 2021. O autor do projeto que deu origem à lei (PL 1.343/2021), senador **Wellington Fagundes (PL-MT)**, membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), explicou que essas indústrias têm capacidade, a cada três meses, de produzir até 400 milhões de doses.



Wellington Fagundes (PL-MT)

O relator da proposta no Senado, senador **Izalci Lucas (PSDB-DF)**, também membro da FPA, ressaltou a dedicação e persistência do colega Wellington Fagundes, durante diversas reuniões e audiências públicas na Casa. “Poucos achavam possível utilizar plataforma industrial da vacina veterinária



Izalci Lucas (PSDB-DF)

em vacina humana, mas ele acreditou”, comentou o senador que ressaltou a união dos colegas **Lasier Martins (PODEMOS-RS)** e **Telmário Mota (PROS-RR)** para dar mais rapidez à tramitação do projeto no Senado.



Sérgio Souza (MDB-PR)

Dr. Leonardo (REPUBLICANOS-MT)

A articulação da bancada do agro para a aprovação do projeto também ocorreu na Câmara dos Deputados através do presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)** e do deputado **Dr. Leonardo (REPUBLICANOS-MT)**. Além da relatora da proposta na Casa, a deputada **Aline Sleutjes (PROS-PR)**. Segundo ela, a aprovação surge como ponto de retomada da economia e coloca o Brasil como protagonista na produção de insumos.



Aline Sleutjes (PROS-PR)

AUTOCONTROLE GARANTE CELERIDADE À FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA NO PAÍS

NA PRÁTICA, O PRODUTOR E A INDÚSTRIA VÃO SE RESPONSABILIZAR PELO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DETERMINADAS PELO ESTADO

A expansão constante do agronegócio brasileiro impôs ao Estado uma carga elevada de demanda na execução das práticas de controle e fiscalização agropecuária. Sendo assim, uma modernização na prestação de serviços de controle se tornou ainda mais necessária.

Por isso, o Plenário do Senado Federal aprovou, em 20 de dezembro de 2022, o Projeto de Lei 1293/21 (Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022) que aprimora a legislação atual de defesa sanitária por um novo modelo de fiscalização agropecuária, baseado em programas de autocontrole executados pelas próprias empresas.

Na prática, a nova lei possibilita que o Estado concentre suas ações no controle e na fiscalização de atividades de maior risco, além de permitir maior dinamismo e liberdade às atividades econômicas.



O relator, senador **Luis Carlos Heinze (PP-RS)**, destacou a importância de aprovar o projeto. “A aprovação proporciona a modernização do processo de fiscalização da agropecuária brasileira, dando mais segurança jurídica, o aprimoramento ainda maior dos produtos agropecuários e capacidade de pronta atuação dos agentes de fiscalização, além de redução de gastos vultosos pelo estado,” explicou.

O que dizem os parlamentares da FPA:



Deputado Sérgio Souza (MDB-PR)

“Estamos falando de redução de custos de produção com garantia de qualidade.”



Deputado Pedro Lupion (PP-PR)

“O autocontrole significa expandirmos o agro e desburocratizar o setor”.



Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

“É importante que se deixe claro que não há terceirização de fiscalização, os auditores do MAPA continuam fiscalizando a produção”.



Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

“O MAPA continuará auditando as empresas e os profissionais privados apenas vão conferir as normas”.



Senadora Tereza Cristina (PP-MS)

“Nos transformamos na maior potência agro do mundo e isso pede mudanças em nossas legislações que comportem essa crescente”.



Domingos Sávio (PSDB-MG)

“Nossa legislação é da metade do século passado e é uma boa Lei, mas a burocracia ficou grande demais e dificultou a competitividade da indústria brasileira”.

DECRETO REGULAMENTA COMERCIALIZAÇÃO DE QUEIJOS ARTESANAIS BRASILEIROS

O governo federal publicou, em 22 de junho de 2022, o Decreto (Nº 11.099/22), que regulamentou a legislação (Lei nº 13.860/19) de autoria dos deputados, membros da FPA, **Zé Silva (SD-MG)** e **Alceu Moreira (MDB-RS)**.

A Lei nº 13.860/19, recém-regulamentada, traz importantes avanços para a cadeia do



Zé Silva (SD-MG)

Alceu Moreira (MDB-RS)

queijo artesanal brasileiro. Com a mudança, os queijos artesanais elaborados por métodos tradicionais, com vinculação e valorização territorial, regional ou cultural serão identificados por selo único com a indicação Queijo Artesanal.

“O queijo é o único produto artesanal no Brasil que tem uma lei exclusiva. A legislação

quebrou um paradigma, rompeu a grande barreira da comercialização de queijos a partir de leite cru, estabelecida na década de 50”, afirma o deputado Zé Silva.



Evair de Melo (PP-ES)

O deputado **Evair de Melo (PP-ES)** foi o autor da proposta que se transformou na Lei 13.680/2018, que desburocratiza a produção e a venda de produtos artesanais de origem animal, além de criar parâmetros sanitários às agroindústrias artesanais. “É um avanço para o produtor e para o consumidor”.

FPA SUGERIU INCLUSÃO DO TRANSPORTE DE INSUMOS EM CORREDORES HUMANITÁRIOS

Membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se encontraram com o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, em 10 de maio de 2022, para discutir temas de interesse do setor produtivo. Em destaque a crise dos fertilizantes causada pela guerra no leste europeu, entre Rússia e Ucrânia.

O objetivo foi resolver o problema do custo de produção. Uma alternativa levantada foi a inclusão do transporte de fertilizantes nos corredores humanitários. “Os fertilizantes são os alimentos das plantas, que, por sua vez, são os alimentos dos animais. Este ciclo garante a segurança alimentar e, por isso, os fertilizantes se tornam de grande importância para todo o mundo”,

explicou o presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**.

O ministro das Relações Exteriores, Carlos França, enfatizou que foi elaborado um plano nacional de fertilizantes pelo MAPA para remediar à crise relacionada aos insumos para o setor agropecuário. “Foi pensado assim para permitir que a produção do agro seja mantida”, esclareceu o chanceler.

A ex-ministra da Agricultura, senadora **Tereza Cristina (PL-MT)**, pontuou a importância da diplomacia brasileira para o setor agropecuário: “O Itamaraty foi fundamental para a agricultura”, salientou Tereza.



Sérgio Souza (MDB-PR)



Tereza Cristina (PL-MT)

PROJETO DE LEI VISA DAR MAIS SEGURANÇA À **VAQUEJADA NO BRASIL**

POR 11 VOTOS A 7, DEPUTADOS DECIDEM PELA APROVAÇÃO DO PL 2452/2011



Paulo Bengtson (PTB-PA)

Para o relator do projeto, deputado **Paulo Bengtson (PTB-PA)**, a aprovação do projeto de lei é fundamental para dar mais segurança aos profissionais que dependem da vaquejada como sustento. O parlamentar também demonstrou interesse em relação à segurança dos animais envolvidos na atividade.

O projeto foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, em 27 de abril de 2021. Bengtson acredita que a proposta seja aprovada também nas demais comissões. “Temos que aprovar logo esse projeto como esporte para trazer segurança jurídica aos envolvidos na vaquejada,” disse.

Quem também defendeu a aprovação do projeto foi o deputado **Nelson Barbudo (PSL-MT)**, o parlamentar ressaltou que as pessoas que vivem e trabalham com a vaquejada estão à mercê da informalidade. Segundo o deputado, grande parte



Nelson Barbudo (PSL-MT)

do nordeste e do centro-oeste há muitos anos utilizam a vaquejada como esporte.

“A vaquejada é fiscalizada por veterinários, é produto de esportistas que criam gado com amor. Nós devemos dar continuidade ao processo cultural do nosso povo,” disse Nelson Barbudo.

Evair de Melo (PP), deputado federal pelo Espírito Santo, afirmou a importância cultural da prática e a necessidade de aprovação do projeto. “O texto é extraordinário. Tem uma relação de responsabilidade técnica e é acima de tudo o respeito às tradições, culturas e valores de um povo que precisam ser, sim, reconhecidos e respeitados”.



Evair de Melo (PP-ES)

PROJETO DIMINUI DEPENDÊNCIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO A **IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES**

PROPOSTA INSTITUI O PROGRAMA
DE DESENVOLVIMENTO DA
INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou, em 01 de junho 2022, o parecer do deputado federal e membro da Frente Parlamentar da Agropecuária, José Mário Schreiner (MDB-GO), que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT.

Segundo o presidente da FPA, deputado federal **Sérgio Souza (MDB-PR)**, o Brasil é um dos países que mais possui jazidas de fertilizantes e que mecanismos devem ser criados para que a dependência do país na importação seja diminuída. “Não podemos ficar reféns dos valores cobrados hoje em dia, se temos um solo com a riqueza desse tamanho”.

O relator do parecer, deputado **José Mário (MDB-GO)**, explica que o projeto foi desenvolvido em um momento de crise inflacionária internacional, que gera, até hoje, uma preocupação acerca da segurança alimentar.



José Mário (MDB-GO)



Evair de Melo (PP-ES)

“O PROFERT dá incentivos às indústrias que queiram explorar fertilizantes em nosso país. Acredito que seja um dos principais projetos da Comissão em 2022, principalmente para protegermos o mundo contra a fome”, esclareceu José Mário.

Na opinião do deputado federal e membro da FPA, **Evair de Melo (PP-ES)**, o assunto de fertilizantes se transformou em uma agenda mundial e o tema é mais sério do que se pode imaginar. “Esse projeto trata da ousadia de reorganizar o ambiente brasileiro e fazer renascer a indústria de fertilizantes”.



Christino Áureo

Christino Áureo é médico veterinário, administrador e político. Eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, em 2018, foi também deputado estadual por três mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Foi ainda Secretário Estadual de Agricultura e secretário estadual da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico. Esteve na coordenação da Comissão de Endividamento Rural da FPA no biênio 2021 e 2022.

Como foi atuar na FPA nesses anos de mandato na Câmara dos Deputados?

Foi gratificante integrar a FPA e fazer parte da diretoria coordenando áreas importantes como infraestrutura, endividamento, crédito rural, novos instrumentos para que a gente possa levar não só o crédito, mas principalmente aproximar o produtor rural, as cadeias agroindustriais das fontes necessárias para que o nosso setor continue crescendo.

Qual foi o momento mais marcante nesse período?

Na aprovação da lei 14.130, do FIAgro (Fundo de Investimento nas Cadeias Agro Industriais), da qual fui o relator na Câmara. Fizemos um trabalho em conjunto com o deputado Arnaldo Jardim como autor do projeto. Tive a alegria de organizar uma forma revolucionária para a captação de recursos ao agro nas próximas décadas no Brasil.

AGROPECUÁRIA NO MERCADO FINANCEIRO: FUNDOS DE INVESTIMENTOS DAS CADEIAS AGROINDUSTRIAIS

FIAGROS VIABILIZAM INVESTIMENTOS EM TERRAS E NA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL

Os FIAGros possibilitam a ampliação no número de investidores para a aplicação em ativos de investimentos do agronegócio, sejam eles de natureza imobiliária rural ou de atividades relacionadas a produção do setor.

Para o deputado **Arnaldo Jardim (CD-SP)**, autor do Projeto de Lei que deu origem à Lei 14.130/2021, o FIAgro tem o potencial de ser um verdadeiro divisor de águas no financiamento privado das cadeias agroindustriais, além de possibilitar a diversificação de investimentos para o pequeno produtor. “Possui todos elementos necessários para uma história de sucesso.”

O relator da proposta na Câmara foi o deputado **Christino Áureo (PP-RJ)**. “Tenho muito orgulho de ter sido o responsável por relatar e estruturar a Lei do FIAgro. A FPA, por meio, inicialmente, dos esforços do então presidente, deputado **Alceu Moreira (MDB-RS)**, tendo sido continuado pelo presidente **Sérgio Souza (MDB-PR)**, e da autoria do deputado Arnaldo Jardim.”

O senador **Carlos Fávaro (PSD-MT)**, e atual ministro da Agricultura, entende que a criação do FIAgro revoluciona o financiamento do setor. Já para o senador **Zequinha Marinho (PL-PA)**, vice-presidente da FPA, os princípios adotados

“

É uma forma de criar instrumentos próprios e levar independência ao setor que alimenta o Brasil e o mundo”.

Arnaldo Jardim



Arnaldo Jardim (CD-SP)

pelo FIAgro são importantes e seguros.

Para o presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza** a implantação do FIAgro foi um dos grandes trunfos de sua gestão. “Construímos grandes projetos como o FIAgro, que vai ser um grande financiador do agro brasileiro.”



Christino Áureo (PP-RJ)



Alceu Moreira (MDB-RS)



Sérgio Souza (MDB-PR)



Carlos Fávaro (PSD-MT)



Zequinha Marinho (PL-PA)

COMPLEMENTAÇÃO AO PLANO SAFRA FOI APROVADO COM ARTICULAÇÃO DA FPA

BANCADA FOI FUNDAMENTAL PARA APROVAÇÃO DA
COMPLEMENTAÇÃO AO PLANO NO CONGRESSO NACIONAL

O Governo Federal destinou R\$ 1,1 bilhão para reabertura do Plano Safra (2021/22). Também foi sancionado o PLN 1/2022, que destinou R\$ 868,5 milhões a mais para equalização de juros no crédito rural. A verba teve o objetivo de complementar o investimento da safra, que se encerrou em junho.



Sérgio Souza (MDB-PR)

O presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, destacou que “depois de muito diálogo do setor com o governo federal foi possível a inserção de uma suplementação”. Para a senadora **Tereza Cristina (PP-MS)**, “o Plano Safra é uma vitória de toda a bancada”.



Tereza Cristina (PP-MS)

Já o Plano Safra 2022/23 deve disponibilizar R\$ 340,8 bilhões para o setor agropecuário. Valor é 36% maior que o anterior e vai priorizar pequenos e médios produtores.

PLN 14 e 18

O setor agropecuário obteve duas importantes vitórias em 2022 com a aprovação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nº 14 e nº 18 para suplementação de despesas discricionárias, dentre as quais inclui a ação de Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural e R\$ 1,2 bilhão em recursos para equalização de juros do Plano-safra 2022/2023, respectivamente.

MEMBROS DA BANCADA ARTICULARAM ACORDO PARA APROVAR PLN 4 E DERRUBAR VETOS DO AGRO

Graças a articulação de membros da FPA com líderes da Câmara e Senado foi possível fechar acordo para aprovar o Projeto de Lei (PLN 4/2021), a derrubada dos vetos sobre os Fundos de Investimentos das Cadeias Agroindustriais (FIAgro) e a proposta que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), no Congresso Nacional.

O PLN 4 abriu R\$ 19,8 bilhões em crédito suplementar, dos quais R\$ 3,68 bilhões foram para subvenção aos programas de financiamento agropecuário do Plano Safra cortados do orçamento de 2021.

O deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)** reforçou a importante participação da bancada ruralista na articulação com o governo para a derrubada dos vetos e a análise do PLN 4 no Congresso Nacional, e enfatizou que “o FIAgro cria instrumentos no mercado de capitais para financiar a produção agroindustrial”.

MP DO AGRO AJUDA A DESBUROCRATIZAR O **ACESSO DO PRODUTOR AO CRÉDITO RURAL**

MEDIDA AMPLIOU OPÇÕES PARA FINANCIAMENTO

Após articulação de membros da Frente parlamentar da agropecuária, foi sancionada a Medida Provisória 897/2019. A chamada MP do Agro, transformada na lei 13.986/2020, ajuda a desburocratizar o acesso do produtor rural ao crédito. O texto é de autoria do deputado **Pedro Lupion (PP-PR)**.

O texto aprovado teve alguns itens vetados, mas não faziam parte da versão original da MP, enviada ao Congresso Nacional em outubro de 2020, após longa negociação e expectativa do setor. O governo justificou que acatou as sugestões porque os itens geram renúncia de receita sem apontar outra fonte de arrecadação.

O deputado Pedro Lupion, caracteriza a MP como uma vitória. É uma vitória da FPA, do agro brasileiro,



“É vitória da FPA, é vitória do agro brasileiro e mais importante que tudo é vitória do produtor rural”.

Pedro Lupion

e mais importante que tudo é vitória do produtor rural.

Na visão do deputado federal **Alceu Moreira (MDB-RS)**, “a modernização do crédito foi uma conquista alcançada pelos que defendem o setor produtivo”.



Alceu Moreira (MDB-RS)

Fundo Garantidor Solidário e Cédula do Produto Rural

A proposta foi de relatoria do senador **Acir Gurgacz (PDT-RO)** e permite o uso de Fundos Garantidores Solidários (FGS) para toda operação financeira vinculada à atividade empresarial rural.

De acordo com o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal **Sérgio Souza (MDB-PR)**, a Cédula do Produto Rural é uma forma inteligente e necessária para abrir o leque de oportunidades e captar dinheiro novo para o agro.



Acir Gurgacz (PDT-RO)



Sérgio Souza (MDB-PR)

SOLIDARIEDADE ENTRA EM CAMPO

EM MEIO A PANDEMIA DE COVID-19 UMA AÇÃO DE SOLIDARIEDADE TEVE DESTAQUE NO SETOR AGROPECUÁRIO

As doações para o movimento Agro Fraterno tiveram destaque durante os anos de 2021 e 2022, e se expandiu em todo território nacional. A iniciativa, liderada pelo Sistema CNA/Senar, pela OCB e pelas entidades do Instituto Pensar Agropecuária (IPA) fez a diferença durante o período de pandemia da COVID-19.

O deputado **José Mário Schreiner (DEM-GO)** destaca que “a iniciativa contribuiu com a geração de renda, emprego e encabeçar a força econômica de toda a nação”. Para o coordenador da Comissão de Agricultura Familiar da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal **Celso Maldaner (MDB-SC)**, “a pandemia assolou drasticamente todo o mundo e atrapalhou, inclusive, os pequenos agricultores”.



“

Apesar das consequências causadas pela pandemia, o setor agro chamou a responsabilidade para diversas questões sociais”.

José Mário Schreiner



Celso Maldaner (MDB-SC)

Já **Evair de Melo (PP-ES)** acredita que “a iniciativa mostra toda a união e força do setor agropecuário”. No entendimento do deputado federal **Pedro Lupion (PP-PR)**, “o movimento é uma forma a mais da agropecuária brasileira contribuir para o Brasil”.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal **Sérgio Souza (MDB-PR)**, “diz que o momento foi de solidariedade e empatia”.

Corrida do Agro



No final de 2021, o programa Agro Fraterno encerrou as atividades com mais de nove toneladas de alimentos arrecadados.

BANCADA DEFENDE REDUÇÃO DO PREÇO DE COMBUSTÍVEIS

FPA TRABALHOU PELA MANUTENÇÃO DE 13% DE BIODIESEL NA MISTURA COM DIESEL MINERAL

Trabalhar pelo crescimento do setor econômico brasileiro também é função da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A alta dos preços dos combustíveis no país fez com que o governo federal buscasse formas de reduzir os custos da produção para gerar o barateamento do diesel. Uma das alternativas foi reduzir a mistura de 13% de biodiesel no diesel comercializado no país para 8%.

O que parecia uma solução poderia ser uma péssima alternativa, pois além de substituir uma parcela do diesel fóssil que é importado, a produção de biodiesel garante o aquecimento da economia brasileira, ao incentivar o processamento interno principalmente da soja, mas também de sebo bovino, girassol, entre outros.

A Frente Parlamentar da Agropecuária forma-

lizou o apoio a manutenção da mistura mínima de 13% do biodiesel no diesel vendido nos postos de combustível, bem como a continuidade da resolução nº 16/2018 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) – que prevê a elevação da mistura até 15%, em 2023.

O presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB/PR)**, defende que “não se pode ficar em uma situação em que momentaneamente se cria a diminuição do óleo diesel no país, mas no futuro traz um impacto muito mais gravoso à economia, com a alta do preço dos alimentos”.



MARCO REGULATÓRIO DO SETOR DE GÁS GANHA IMPULSO NO CONGRESSO



Há anos o Congresso Nacional debate um novo marco regulatório do setor do gás (PL 4476/2020). A proposta que foi aprovada e transformada na Lei nº 14134/2021 visa o barateamento do custo do gás para a população, em residências e transportes, e para o setor agropecuário – uma vez que o gás natural é o principal insumo para a produção de fer-

tilizantes nitrogenados, essenciais para a agricultura moderna e altamente demandado pelos cultivos agrícolas.

Entre outras medidas, a Lei prevê a desconcentração do mercado, ao impedir uma mesma empresa de atuar em todas as fases, da produção/extração até a distribuição. O deputado **Christino Áureo (PP-RJ)** defendeu que as alterações feitas no Senado Federal fossem rejeitadas e que “o texto original atende melhor o setor e a população”.

De acordo com a lei, as atividades econômicas serão reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e poderão ser exercidas por empresa ou consórcio de empresas constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País. Desta forma, o regime de exploração passa de concessão para autorização para a iniciativa privada.

FPA APOIOU PROPOSTA QUE ESTIMULA **COMPETITIVIDADE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

PARLAMENTARES FOCADOS EM CONTER A ALTA NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS



Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)

Em julho de 2022, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 15/2022, transformada na Emenda Constitucional 123 de 2022) que estimula a competitividade dos biocombustíveis. O texto fez parte do pacote de projetos com objetivo de conter a alta no preço dos combustíveis.

A proposta, de autoria do senador **Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)**, prevê a criação de um regime fiscal favorecido para os biocombustíveis, que mantém benefícios para fontes limpas de energia pelos próximos 20 anos.

O deputado **Christino Áureo (PP-RJ)** destacou que a proposta é um avanço, especialmente olhando para o setor agro e o setor de produção de biocombustíveis. “Tem na PEC 15 vários encaminhamentos e questões importantes, sendo uma complementação importante na política tributária dos combustíveis no País.”



Christino Áureo (PP-RJ)

Para o presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, “a aprovação da PEC é importante para a redução de custos de produção e de biocombustíveis como um todo”.

Selo Biocombustível Socioambiental

A Câmara dos Deputados aprovou também o requerimento de urgência ao PL 1799/2022, que institui o Selo Biocombustível Socioambiental, concedido aos produtores que adquirem matérias-primas da agricultura familiar e promovem o uso sustentável do meio ambiente.

De autoria da deputada federal **Dra. Soraya Manato (PTB-ES)**, o projeto garante ainda o recebimento do selo a comercialização do biocombustível ao produtor em condições específicas, a serem definidas pelo Poder Executivo.



A aprovação da PEC é importante para a redução de custos de produção”.

Sérgio Souza



CADEIA LEITEIRA GANHA DESTAQUE NACIONAL **COM TRABALHO DA FPA**

PROPOSTA CONCEDE DESCONTO DE 30% SOBRE O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA USADA NA PRODUÇÃO

Política Nacional de Apoio e Incentivo à Pecuária Leiteira

Ainda, sobre a cadeia leiteira, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 9397/2018, que institui a Política Nacional de Apoio e Incentivo à Pecuária Leiteira (PNAPL). O texto, relatado pelo dep. **Zé Silva (SD-MG)** incorpora ainda mudanças na lei sobre queijos artesanais e fixa multas pelo atraso no pagamento ao produtor rural.

O Projeto de Lei 6388/19 foi relatado pelo deputado **Celso Maldaner (MDB-SC)**, que apresentou parecer favorável. “O desconto tem muito a contribuir para a redução de custos inerentes à atividade leiteira”, afirmou.



Celso Maldaner (MDB-SC)

Para os deputados **Domingos Sávio (PSDB-MG)** e **José Mário (DEM-GO)**, diminuir o custo para o produtor é bom para o consumidor. Quem também enfatizou a importância do projeto foi o deputado **Alceu Moreira (MDB-RS)**. A deputada **Aline Sleutjes (PROS - PR)** ressalta a importância de buscar alternativas para não exterminar os pequenos produtores. Ela que encerra o mandato como parlamentar, comemorou a aprovação da proposta na Câmara dos Deputados.



Esse é um legado que deixo a todos os produtores de leite do Brasil que por décadas sofrem por falta de política pública de verdade!”

Aline Sleutjes

Merenda Escolar

Outro projeto relacionado a cadeia leiteira é de autoria do deputado federal **Major Vitor Hugo (PL-GO)**. O projeto de lei nº 3292/2022 altera regras de aquisição de leite para merenda escolar e estabelece percentual mínimo para aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Para o deputado **Celso Maldaner (MDB-SC)**, a proposta é uma resposta ao setor para amenizar as perdas que os produtores têm na comercialização do produto.

AGRICULTOR FAMILIAR CONSEGUIU NEGOCIAR DÍVIDAS POR CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO RURAL

PORTARIA POSSIBILITOU DESCONTOS DE ATÉ 95%

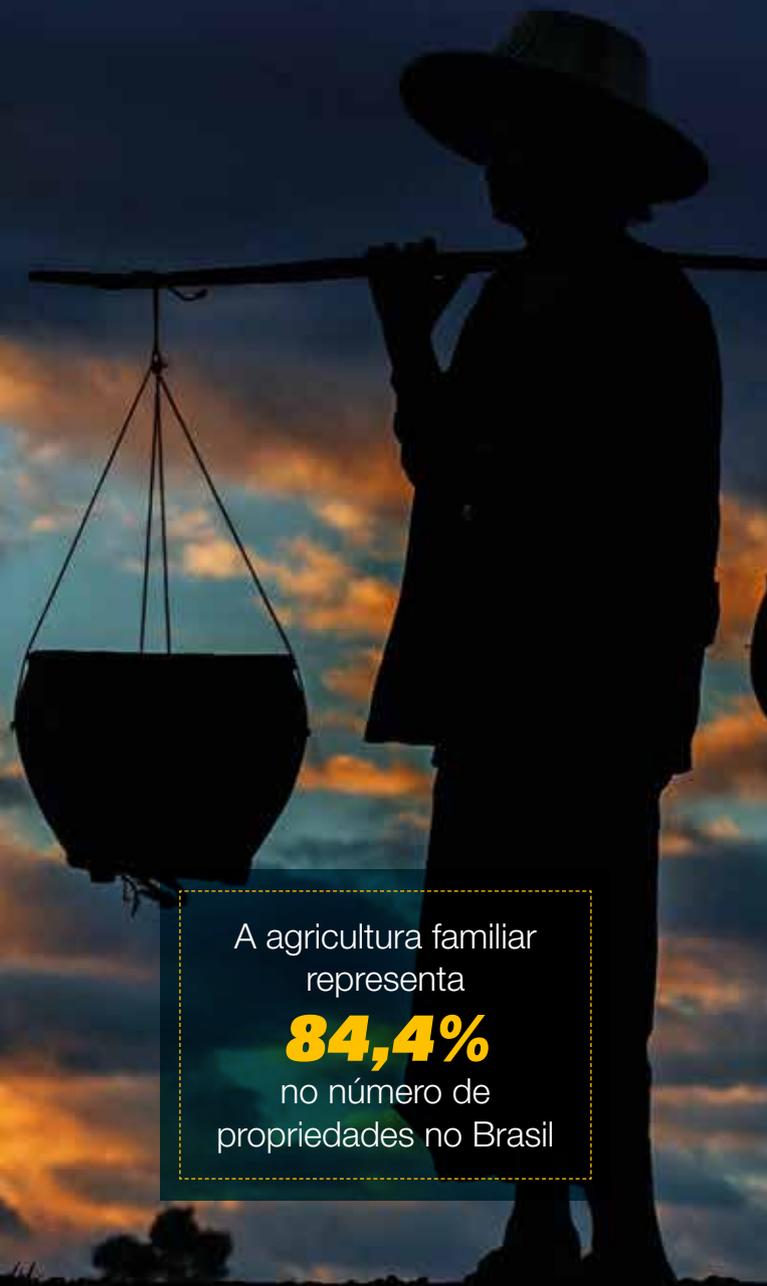
Mais um avanço para o produtor rural foi a conquista, no Congresso Nacional, em 2022, por parte do agricultor familiar de negociar as dívidas criadas ao adquirir empréstimo para produção rural junto aos bancos e demais instituições financeiras, após não conseguir pagá-las.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional publicou a Portaria 4733/2022 que regulamenta o Programa de Liquidação com descontos para agricultura familiar com base na Lei 14.275/2021.

A Lei foi criada pela sanção do Projeto de Lei 823/21 que autoriza medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para reduzir os impactos causados pela pandemia da Covid-19.

O deputado **Zé Silva (SD-MG)**, relator da proposta em Plenário, ressalta que esta é uma conquista importante para a agricultura familiar do Brasil, “que representa 84,4% no número de propriedades no Brasil”.

O parlamentar explica que “os débitos poderão ser pagos com descontos de 60% a 95% quando são agricultores familiares. Já para as associações que tenham dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra), os descontos serão de 85%.”



A agricultura familiar
representa
84,4%
no número de
propriedades no Brasil

FPA LUTOU PARA GARANTIR SEGURO RURAL SEM CORTES EM 2022

PARLAMENTARES ARTICULARAM A INCLUSÃO DA EMENDA QUE BENEFICIA OS PRODUTORES RURAIS E PROTEGE OS RECURSOS DE CORTES OU CONTINGENCIAMENTOS

No início de 2022, parlamentares da FPA conseguiram incluir no relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a subvenção ao prêmio do seguro rural como despesa obrigatória no orçamento de 2022.



Evair de Melo (PP-ES)

Com articulação do deputado **Evair de Melo (PP-ES)** junto ao relator da LDO, deputado **Juscelino Filho (UNIÃO-MA)**, a emenda foi acatada para beneficiar os produtores rurais protegendo os recursos de cortes ou contingenciamentos.

A emenda proposta pelo deputado **José Mário (MDB-GO)** na Comissão de Agricultura da Câmara e contemplada no voto suplementar do relator da LDO garante que os recursos destinados para o seguro rural não serão contingenciados. “Agora temos a garantia de recursos disponíveis aos produtores rurais do nosso país.”



Juscelino Filho (UNIÃO-MA)



“Vamos proporcionar que o Brasil continue sendo o grande campeão na produção de alimentos”.

Evair de Melo

O parlamentar agradeceu ainda o apoio de todos os parlamentares envolvidos. “É uma verdadeira conquista para o setor, visto que o seguro rural é um dos pilares de política agrícola brasileira.” Comemorou.

Já o deputado **Arnaldo Jardim (CD-SP)** que apresentou o destaque na Comissão de Orçamento, acrescentou que “nossa emenda garantiu que não haverá interrupção do apoio ao seguro Rural. Isto é fundamental na modernização do crédito que necessita de um sistema de seguro confiável e universalizado.”



José Mário (MDB-GO)



Arnaldo Jardim (CD-SP)

CRÉDITO COOPERATIVO RECEBEU ATENÇÃO ESPECIAL DURANTE BIÊNIO DA FPA

MUDANÇAS NAS REGRAS DE GESTÃO E GOVERNANÇA PREVEEM ALAVANCAR COOPERATIVAS



As cooperativas são um importante vetor de desenvolvimento para o país”.

Vanderlan Cardoso

Com o apoio de 66 senadores, o projeto que reformula o sistema de crédito cooperativo foi aprovado no Plenário do Senado Federal. Originário da Câmara dos Deputados, o PLP 27/2020 (transformado na Lei Complementar 196/2022) permite a gestão de recursos oficiais ou de fundos públicos ou privados por cooperativas de crédito, contanto que sejam para concessão de garantias aos associados em operações com a própria cooperativa gestora ou com terceiros.

De acordo com o senador **Vanderlan Cardoso (PSD-GO)**, relator do projeto na Casa, as cooperativas têm sido fundamentais para garantir crédito aos pequenos empresários, tanto pela capilaridade quanto por trabalhar com juros menores que os dos bancos. “As cooperativas são um importante vetor de desenvolvimento para o país”.

O relator apresentou apenas uma emenda ao texto, em que especifica que o projeto se destina a “incluir as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito entre as instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições a serem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”.

Autor do projeto na Câmara dos Deputados, o deputado federal **Arnaldo Jardim (CD-SP)** enfatiza que “as alterações vão diminuir o monopólio de grandes instituições e trazer mais concorrência ao mercado”.

Para o deputado federal **Evair de Melo (PP-ES)**, “o setor cooperativista possui uma importância socioeconômica ímpar para o Brasil e o reconhecimento é mais do que merecido”.



Arnaldo Jardim (CD-SP)



Evair de Melo (PP-ES)

BANCADA FREOU TAXAÇÃO À EXPORTAÇÃO DE MILHO EM 2022

PROJETO DE TAXAR EXPORTAÇÃO DO GRÃO FOI RETIRADO DE TRAMITAÇÃO APÓS MANIFESTAÇÃO DA FPA

Em fevereiro de 2022 foi solicitada à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a retirada de tramitação do projeto de lei que criava um imposto de 15% sobre as exportações de milho até o fim de 2022. A justificativa da proposta, segundo a parlamentar autora do projeto, deputada **Soraya Manato**

(PTB-ES), seria o de assegurar o abastecimento interno do cereal.

O pedido de retirada veio logo após a publicação de nota oficial da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que manifestou posição contrária a qualquer taxaço. Entidades ligadas ao setor produtivo também seguiram o mesmo entendimento de que o texto é prejudicial ao agro brasileiro.

Na justificativa, a bancada ressaltou que a medida não leva em consideração o aumento significativo nos custos de produção no Brasil, principalmente dos fertilizantes e defensivos agrícolas. Fato que implicaria, inclusive, na redução da rentabilidade dos produtores rurais.

Para o presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza** **(MDB-PR)**, o papel do poder público é dar apoio tanto aos produtores quanto aos consumidores de milho em momentos como este. “É necessário incentivar o crescimento da agropecuária”.

Segundo Sérgio Souza, é preciso incentivar o crescimento da agropecuária para garantir a continuidade de todas as cadeias produtivas. “A preocupação está na geração de riquezas ao Brasil, além do emprego e renda aos brasileiros e não restrição às alternativas de comercialização da safra”, explicou o parlamentar.

“
É necessário incentivar o
crescimento da agropecuária”.

Sérgio Souza



REGISTRO NACIONAL DE TRATORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS **VIROU REALIDADE**

RENAGRO PERMITE REGISTRO SEM CUSTO PARA O PRODUTOR RURAL



Alceu Moreira (MDB-RS)

O decreto nº 11.014 que cria o Registro Nacional de Tratores e Máquinas Agrícolas (Renagro) entrou em vigor em outubro de 2022. A determinação que torna obrigatório, em todo território nacional, o registro de tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola, ou a executar trabalhos agrícolas sempre foi uma bandeira da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

A aplicação é destinada a todos os setores da agricultura e pecuária, dado que, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, existem 1.229.907 tratores em 734.280 estabelecimentos agropecuários no Brasil. Destas propriedades, 14,5% possuem, pelo menos, um trator.

A ideia é que os registros sejam feitos através da plataforma digital ID Agro, que busca proporcionar ao setor agropecuário a inscrição oficial e sem custo

para o produtor rural, além da uniformização das informações e rastreamento dos veículos.

Para o ex-presidente da FPA, deputado federal **Alceu Moreira (MDB-RS)**, “trata-se de uma conquista para o produtor rural, que além de identificar a máquina agrícola e a propriedade a qual ela pertence, vai garantir segurança jurídica”.

O deputado federal **José Mário Schreiner**, salientou que a medida vai auxiliar no desenvolvimento do setor e contribuir de maneira efetiva para as relações de negócios. “É segurança jurídica para o setor produtivo e um alívio para o produtor rural.”



José Mário Schreiner

14,5%
das propriedades rurais possuem, pelo menos, um trator



TURISMO RURAL

CAMINHA PARA SE TORNAR FORTE EM 2023

PROJETO PERMITE USO DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS OU TALÃO RURAL COM USO DO CPF DO PRODUTOR PARA SERVIÇOS E PRODUTOS DO AGROTURISMO

Sem a necessidade de que o empreendedor do campo constitua um CNPJ, a ideia do deputado **Pedro Lupion (PP-PR)** é simplificar a tributação, já que permite que o produtor agropecuário migre para o regime do Simples Nacional caso consiga desenvolver seu negócio, e não sofra prejuízos se a iniciativa não tiver o resultado esperado.

A proposta permite uso de notas fiscais eletrônicas ou talão rural com uso do CPF do produtor, e não de um CNPJ de empresa, para serviços e produtos do agroturismo – conjunto de atividades praticadas dentro de propriedades rurais e que colocam os visitantes em contato com a atmosfera e os hábitos locais.

O deputado paranaense lembra que o produtor rural já precisa realizar consideráveis investimentos em instalações, treinamento e atrações para os clientes no turismo rural, o que não é barato.

“Uma das principais queixas é a necessidade da constituição de uma empresa com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para emissão de notas fiscais”. Segundo Lupion, isso burocratiza o agroturismo e encarece ainda mais uma atividade que deveria facilitar a geração de oportunidade, agregar valor à propriedade rural e diversificar a renda de quem mora no campo.



Facilitar a geração de oportunidade, agregar valor à propriedade rural e diversificar a renda de quem mora no campo”.

Pedro Lupion



FUNDOS CONSTITUCIONAIS: COMISSÕES DA CÂMARA APROVARAM PROJETO QUE ALTERA REGRAS

OBJETIVO DA MEDIDA FOI DE FOMENTAR O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CADEIA PRODUTIVA

A Comissão de Agricultura (CAPADR) e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA) aprovaram o projeto de lei (PL 5435/2019), do deputado **Lúcio Mosquini (MDB-RO)**, que propõe alterações na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.

Integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Mosquini ressaltou que “os fundos constitucionais têm por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste por meio do financiamento de atividades produtivas diversas do setor agropecuário e turismo”.

Entre outros pontos, os recursos devem financiar também pesquisas aplicadas no uso da biodiversidade regional e o desenvolvimento produtivo da agropecuária na Região Norte do país. Relator da proposta na Comissão de Integração Nacional, o deputado **Cristiano Vale (PP-PA)**, destacou que é necessário induzir o desenvolvimento da Região Norte “em torno de atividades que privilegiem e preservem a sua biodiversidade, que favoreçam os pequenos produtores.”

O deputado federal **Neri Geller (PP-MT)**, destacou a aprovação como “uma vitória muito importante para o país”. Na opinião do deputado federal **Arnaldo Jardim (CD-SP)**, as mudanças vão garantir que os recursos cheguem de forma ágil, “sem burocracia



“

Os fundos constitucionais têm por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social”.

Lúcio Mosquini

e com menores taxas”. Já para o deputado federal **Evair de Melo (PP-ES)**, “o maior acesso aos fundos constitucionais para as cooperativas é uma conquista merecida do setor”, que há tempos necessitava desse reajuste.



Cristiano Vale (PP-PA)



Neri Geller (PP-MT)



Arnaldo Jardim (CD-SP)



Evair de Melo (PP-ES)

FPA INTENSIFICOU ESFORÇOS PARA CRIAÇÃO DE SISTEMA QUE UNIFICA CARTÓRIOS DO BRASIL

PROPOSTA POSSIBILITA QUE
TODO BRASILEIRO ACESSE
REGISTROS PÚBLICOS
PELA INTERNET

Em 2022, foi aprovada a Medida Provisória 1085/21, transformada na Lei nº 14.382 de 2022, que cria o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp). A proposta permite atendimento remoto aos usuários, tanto para recebimento quanto para o envio de documentos, expedição de certidões e obtenção de informações por meio eletrônico.



Isnaldo Bulhões (MDB-AL)

Integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e relator da Medida Provisória, o deputado **Isnaldo Bulhões (MDB-AL)** acrescenta que “o Serp moderniza o sistema de cartórios brasileiro”. O presidente da FPA, o deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)** ressalta que “a MP muda a concepção do sistema”.

O relator da matéria no Senado, senador **Weverton (PDT-MA)** acatou várias emendas apresentadas por deputados federais e senadores e sugeriu outros ajustes no texto.

Ele informou que houve cinco relatórios diferentes no total e que, a cada ajuste, foram ouvidos deputados e senadores para se chegar a um texto que pudesse ser aprovado. “Tivemos a oportunidade de evoluir, claro, ouvindo as críticas construtivas, as sugestões, e conseguimos evoluir para uma boa mediação”, explicou o senador.



Sérgio Souza (MDB-PR)



Weverton (PDT-MA)

“

Conseguimos evoluir para uma boa mediação”.

Senador Weverton

INOVAGRO GARANTE AUMENTO DE PRODUTIVIDADE E REDUÇÃO DE CUSTOS

PROJETO VAI AUXILIAR NA DIMINUIÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

No final de 2022 o produtor rural obteve uma importante vitória na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. Foi aprovado o Projeto de Lei 3078/2021, de autoria do deputado **José Mario Schreiner (MDB-GO)** e de relatoria do deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, presidente da FPA. A proposta confere preferência de acesso a crédito no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), a itens desenvolvidos por Startups Agro.



José Mario Schreiner (MDB-GO)

O Programa tem como finalidade apoiar o produtor nos investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica. Isto é, as ferramentas desenvolvidas por empresas do setor serão financiadas, desde que o recurso seja solicitado pelo produtor rural ou por cooperativa.

De acordo com o autor do projeto, deputado José Mario Schreiner, para manter os excelentes resultados do agronegócio, “é de extrema importância



“

O Inovagro vem para ajudar no desafio contínuo de diminuir a insegurança alimentar”.

Sérgio Souza

o incentivo às inovações, principalmente aquelas provenientes de empresas voltadas à tecnologia. O agronegócio contribui significativamente para a economia brasileira, bem como para os resultados obtidos em nossa balança comercial,” reforçou.

Para o deputado federal Sérgio Souza, “o Inovagro vem para ajudar no desafio contínuo de diminuir a insegurança alimentar”.

FPA FAZ HISTÓRIA

COM PROJETO DE LEI RELACIONADO A AMPARO AOS PRODUTORES RURAIS

PROPOSTA TRATA DE MEDIDAS EMERGENCIAIS EM RAZÃO DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DA COVID-19



Zé Silva (SD-MG)

De relatoria do deputado **Zé Silva (SD-MG)**, o Projeto de Lei 823/2021 (transformado na Lei nº 14275/2021), trata de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares que ficaram impossibilitados de comercializar sua produção por causa da pandemia.

A proposta ainda autoriza a criação, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de uma linha de crédito emergencial destinada ao financiamento de operações de custeio e investimento de agricultores familiares no âmbito do PRONAF. O deputado Zé Silva, destaca que “o projeto teve a finalidade de atender os agricultores mais afetados pelos efeitos econômicos da pandemia do novo Coronavírus”.

No Senado a proposta foi aprovada sem dificuldades. O senador **Izalci Lucas (PSDB-DF)** afirmou que “só quem conhece a área rural, a agricultura familiar, é que teria essa sensibilidade para aprovar um projeto como esse.” Já o senador **Chico Rodrigues (UNIÃO-RR)** fez questão de pontuar que a proposta “chegou em boa hora para os produtores rurais”.



Izalci Lucas (PSDB-DF)



Chico Rodrigues (UNIÃO-RR)

Políticas Públicas

O apoio às políticas públicas, incentivos e recursos voltados a atender esses trabalhadores, se tornaram uma obstinação da FPA, que sempre visou derrubar qualquer dificuldade que fosse apresentada aos produtores rurais.

O presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), deputado federal **Sérgio Souza (MDB-PR)**, comemorou a idealização da proposta e enalteceu o trabalho dos produtores rurais. “São cerca de 10 milhões de empregos envolvidos nessa categoria no nosso país”.



Sérgio Souza (MDB-PR)

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO ESTATUTO DO PRODUTOR RURAL FOI APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA FPA

A IDEIA É PROTEGER OS INTERESSES ECONÔMICOS E JURÍDICOS DO AGRICULTOR



“

O estatuto foi criado para melhorar o ambiente de negócios, aprimorar a solução de conflitos, dando segurança jurídica ao agricultor”.

Sérgio Souza

O Projeto de Lei 4588/2021, estabelece conceitos, direitos básicos, e visa a proteção contratual e processual do produtor. Entre as medidas adotadas, destaca-se a autorização para que o juiz seja auxiliado por terceiros, como mediadores e negociadores, para a solução de conflitos judiciais que tenham a participação de produtores rurais.

O presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, ressalta que outra providência adota é a possibilidade do produtor rural de pequeno ou médio porte, requerer a suspensão da inscrição de seu nome em cadastros de proteção ao crédito, enquanto estiver com ação judicial pendente, referente ao motivo do débito.

A agricultura sempre foi importante elemento da soberania nacional, que contribui decisivamente para a evolução econômica, política e social do país, sendo assim, o produtor rural deve ter segurança jurídica para crescer e produzir ainda mais.

Sérgio Souza explica que o estatuto foi criado para melhorar o ambiente de negócios, aprimorar a solução de conflitos e dar segurança jurídica ao agricultor. “Em razão dessa fragilidade, é necessário estabelecer proteção econômica e jurídica aos que produzem alimentos e geram empregos”.

Aline Sleutjes

Oriunda de uma família de agricultores, Aline Sleutjes nasceu em Castro, no Paraná.

Formada em Educação Física, foi coordenadora do Departamento de Esporte e Lazer, na Prefeitura Municipal de Castro e mais tarde vereadora. Na última legislatura (57ª), Aline Sleutjes atuou como deputada federal, engajada com as pautas do setor agropecuário.

O que te motivou a defender o agro?

Sem dúvida, a minha história, as minhas raízes. Sou de família de produtor rural, meu pai imigrante holandês, 40 anos produtor de leite, sempre nos mostrou a importância do seu trabalho e o amor pelo que fazia.

Quais foram as principais pautas defendidas?

Defendi e trabalhei com muito afinco na aprovação da Lei do Agro, que modernizou a legislação aplicável a renda dos produtores. Outro grande legado que deixo foi na área da pecuária leiteira, realizei o Fórum nacional do leite, a caravana do leite em 5 estados e fui autora do projeto de lei para a criação da Política de Apoio e Incentivo à Cadeia Leiteira.

Qual momento mais marcante nessa trajetória no Congresso Nacional?

Sem dúvida quando fui eleita a primeira mulher da história do Brasil a Presidir a Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados, foi muito emocionante.



GESTÃO DE SÉRGIO SOUZA

A FRENTE DA FPA É MARCADA PELA SUPERAÇÃO DO AGRO

SETOR SEGUIU FORTE NOS
ÚLTIMOS DOIS ANOS MESMO COM
ENFRENTAMENTO À PANDEMIA E A
CRISE GERADA PELA GUERRA NO
LESTE EUROPEU



A gestão do deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)** como presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) foi repleta de desafios, especialmente pela pandemia da Covid-19 e de questões geopolíticas, como a guerra entre Ucrânia e Rússia. Apesar disso, a bancada conseguiu aprovar diversos projetos importantes para o desenvolvimento do setor e posicionou o agro brasileiro como o motor social e econômico do Brasil.

O setor agropecuário vive interligado e uma ação gera diversos resultados em cadeia, e claro, se for algo positivo, o cidadão brasileiro sentirá ao final o benefício. Assim aconteceu durante esses anos, em que todo o agro foi trabalhado pela FPA, de maneira uniforme, para obtenção de qualidade de vida e comida mais barata para população.

Seja com a aprovação dos Pagamentos por Servi-



ços Ambientais (PSA), que estimula o produtor a preservar e ser remunerado por isso, ou com a Produção de Vacinas por Fábricas de Medicamentos Veterinários, que auxiliou na produção de vacinas contra a Covid-19, a Frente jamais se furtou de buscar soluções para os obstáculos que surgiram.

Cuidou do transporte pelo mar, ferrovias e rodovias, com os projetos referentes a BR do Mar; o Marco Legal das Ferrovias e Peso por Eixo. Promoveu com o PLN4 a abertura de R\$ 19,8 bilhões em crédito suplementar, dos quais R\$ 3,68 bilhões para subvenção aos programas de financiamento agropecuário do Plano Safra, e ainda instituiu o FIAgro, que é considerado como um estímulo à entrada de produtores no mercado de capitais.

Dentre tantas vitórias, ainda constam na esteira de aprovação temas imprescindíveis para a modernização e a equiparação do Brasil frente a outros países produtores e exportadores, com a evolução no PL dos Pesticidas, do Licenciamento Ambiental, do Mercado de Carbono, Autocontrole, Bioinsumos e Regularização Fundiária.

Há ainda o debate acerca da Demarcação de Terras Indígenas, com o PL 490/2007, que propõe que estas áreas sejam demarcadas por lei e coloca em uma proposta legislativa o entendimento do STF, com relação às dezenove condicionantes para demarcação de terras indígenas e ao marco temporal de 05 de outubro de 1988 para sua caracterização.

Ou seja, projetos que há décadas não se mexiam no Congresso Nacional, e que, nos últimos anos, caminharam a passos largos para uma definição. Fruto de um trabalho árduo e diuturno de uma gestão que, assim como o agro brasileiro, não parou.

A Frente Parlamentar da Agropecuária é o retrato do que defende, o espelho do que vislumbra, e vive o presente com a certeza de que o futuro pode ser ainda melhor com o setor produtivo cada vez mais forte e uma bancada ciente das responsabilidades e desafios.

O futuro do agro brasileiro se molda na luta pela redução dos custos de produção, do alimento mais barato na mesa de cada cidadão e na sustentabilidade do setor agropecuário. Não à toa, a Organização das Nações Unidas deposita, no Brasil, vê no Brasil o grande pilar para produzir alimento ao mundo nas próximas décadas. Somos os protagonistas da mais nobre função: alimentar.



PROJETO QUE REGULAMENTA A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS AVANÇA NA CÂMARA

APÓS ARTICULAÇÃO DE MEMBROS DA FPA, A CCJC CONCLUIU A ANÁLISE DO PROJETO QUE TRATA DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS



Visando garantir segurança jurídica ao processo de demarcação de terras indígenas no Brasil, o Projeto de Lei 490/07, de autoria do ex-deputado federal **Homero Pereira** e relatoria do deputado **Arthur Maia (União-BA)**, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJC), da Câmara dos Deputados em junho de 2021.

Na prática, o texto estabelece o Marco Temporal para demarcação das terras, e reforça que serão passíveis de demarcação somente as áreas ocupadas pelos índios até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, ou as terras em renitente esbulho.



O relator da proposta, Arthur Maia, usou como base, na elaboração do texto, a aplicação das 19 condicionantes, apresentadas pelo STF, no julgamento da reserva indígena Raposa Serra do Sol. “As



Nós queremos que quem pagou pela terra tenha o reconhecimento de seu direito de propriedade”.

Sérgio Souza

condicionantes estabelecem não só a preservação do índio e do seu território, como também busca dar segurança jurídica à propriedade privada no Brasil”, pontuou.

O presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, frisa que a bancada não é contra a demarcação de terras e defende que o produtor rural não seja prejudicado no processo. “Nós queremos que quem pagou pela terra, com consentimento do governo, tenha o reconhecimento de seu direito de propriedade”, afirmou.

PRAZO PARA REGISTRO DE IMÓVEIS RURAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA É **PRORROGADO ATÉ 2025**

A REGRA VALERÁ PARA IMÓVEIS RURAIS COM ÁREA SUPERIOR A 15 MÓDULOS FISCAIS, REGISTRADOS COM BASE EM TÍTULOS DE ALIENAÇÃO OU CONCESSÃO EXPEDIDOS PELOS ESTADOS

Em maio de 2021, foi sancionado pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro a Lei que prorroga até 2025 o prazo para que donos de títulos de propriedades com área superior a 15 módulos fiscais, em região de fronteira, solicite ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a aprovação do registro de imóveis.

A Lei 14.177/22 foi publicada no Diário Oficial da União em junho de 2021. A proposta que deu origem a norma é o PL 1792/2019 de autoria do deputado **Dr. Leonardo (REPUBLICANOS-MT)**, aprovada na Câmara dos Deputados em 2019 e ratificada pelo Senado em maio de 2021. Segundo o parlamentar, o objetivo da proposta é garantir que o produtor rural tenha mais tempo para requerer ao INCRA a sua ratificação, tendo em vista a dificuldade para obter todos os documentos exigidos.

O parlamentar lembra que os problemas referentes às terras localizadas em faixa de fronteira vêm desde o tempo do Brasil Império. “São 11 estados brasileiros, mais de 25 mil imóveis rurais localizados nestas áreas e o Estado tinha essa dívida de muitos anos com esta população.”



SS

São 11 estados brasileiros, mais de 25 mil imóveis rurais localizados nestas áreas e o Estado tinha essa dívida de muitos anos com esta população”.

Dr. Leonardo

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

PROJETO GARANTIRÁ SEGURANÇA JURÍDICA AOS PROPRIETÁRIOS

A MEDIDA É VISTA PELOS MEMBROS DA FPA COMO UMA FERRAMENTA DE COMBATE A GRILAGEM, DESMATAMENTO E QUEIMADAS ILEGAIS

No último biênio (2021/22) a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se dedicou a dar andamento aos projetos de leis que tratam da Regularização Fundiária (PL 2633 de 2020 e 510 de 2021), no Brasil.

As propostas visam desburocratizar a titulação de terras em processo de regularização ao mirar à inclusão social de produtores rurais, além de ampliar a utilização de tecnologias remotas para checagem das informações prestadas e nas vistorias de parcelas, e continua a manter a obrigatoriedade de vistoria em caso de infrações ambientais ou conflitos fundiários.

Em agosto de 2021, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2633/20, de autoria do deputado federal **Zé Silva (SD-MG)**, a proposta aguarda análise no Senado Federal. Vice-presidente da FPA na Casa, o senador **Zequinha Marinho (PL-PA)**, destaca o avanço das propostas como uma necessidade social e econômica para o Brasil.



Zé Silva (SD-MG)



Zequinha Marinho (PL-PA)

“

A regularização fundiária assegura dignidade humana, segurança jurídica e justiça”.

Sérgio Souza



Sérgio Souza (MDB-PR)

“A regularização traz solução para uma série de problemas, seja com a segurança jurídica para o produtor, seja com o avanço financeiro que só o setor agropecuário consegue dar ao país”, ressalta Zequinha Marinho.

A bancada entende que a medida garantirá segurança jurídica aos agricultores que estão na ilegalidade e ajudará no combate à grilagem, ao desmatamento e queimadas ilegais, evitando prejuízos ambientais, sociais e econômicos para o Brasil.

Segundo o deputado Zé Silva, essa é uma dívida do governo brasileiro com os produtores que ocuparam, a convite da União, propriedades públicas. “Brasil precisa cumprir seu papel de nação séria, com uma lei que não dê trégua para ocupações irregulares, grilagem e desmatamento ilegal e infrações ambientais, assim é o meu projeto”.

Para o presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, a regularização fundiária assegura dignidade humana, segurança jurídica e justiça. “O campo não pode ser um local hostil, perigoso, palco de guerras entre oportunistas invasores e o produtor honesto que trabalha para o sustento de sua família”, diz o deputado.

REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PERMITIRÁ TITULAÇÃO DE TERRAS À POPULAÇÃO RURAL

O TEXTO JÁ HAVIA SIDO APROVADO PELA CÂMARA, EM DEZEMBRO DE 2019. PORÉM, SOFREU ALTERAÇÕES E VOLTARÁ A SER ANALISADO PELOS DEPUTADOS

O Projeto de Lei 4.348/2019 que regulariza ocupações com características de colonização em terras da União, ocorridas no período anterior a 10 de outubro de 2008, de autoria do deputado **Silas Câmara (Republicanos-AM)**, foi aprovado no Senado Federal em abril de 2021 com alterações e aguarda análise da Câmara dos Deputados.



Silas Câmara (Republicanos-AM)

A proposta permite que ocupações realizadas até 1985 tenham amparo legal para a devida regularização fundiária. O projeto possibilitará a titulação de assentamentos para pessoas que não foram contempladas com a reforma agrária.

No Senado Federal, o relator do projeto foi o senador **Acir Gurgacz (PDT-RO)**. Ele presidiu a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em 2022. Durante a relatoria da medida, ele defendeu que “a grande preocupação que todos temos é de fazer um projeto que venha atender de fato a regularização fundiária em todo país. Estamos falando de 967 mil famílias que estão com suas propriedades e não tem a titulação da terra”, justificou.

“

Estamos falando de 967 mil famílias que estão com suas propriedades e não têm a titulação da terra”.

Acir Gurgacz



DIRETORA-GERAL DA OMC NGOZI OKONJO-IWEALA VISITA SEDE DA FPA

DURANTE ENCONTRO INÉDITO COM MEMBROS DA FRENTE, NGOZI DESTACOU QUE A AGRICULTURA BRASILEIRA É FUNDAMENTAL PARA O MUNDO

Em visita oficial ao Brasil em abril de 2022, a Diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), a **Dra. Ngozi Okonjo-Iweala**, foi recebida na sede da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em Brasília, por integrantes e representantes de entidades ligadas ao setor agropecuário brasileiro.

Durante o encontro, a diretora-geral da OMC destacou a vocação do Brasil de alimentar o mundo e reconheceu que o país terá papel fundamental na ampliação do mercado mundial de alimentos e na segurança alimentar da humanidade. “Eu sei que o mundo não sobrevive sem a agricultura brasileira. Precisamos pensar nos desafios futuros, não só do Brasil, mas do mundo todo”, disse Ngozi.

O deputado **Zé Silva (SD-MG)**, destacou durante o encontro a potência produtiva e sustentável do agro brasileiro. “Em relação às nossas lavouras, quando se trata de utilização de pesticidas por tonelada, o Brasil é o 13º do mundo. Mesmo com pouco subsídio, os produtores brasileiros são competitivos, produzindo com menos pesticida, e acessando mais de 200 mercados com qualidade e eficiência”, afirmou.

Ngozi também reconheceu que as práticas brasileiras são sustentáveis e que precisam ser mais divulgadas. “Encorajo vocês a falarem disso para ser repetido para o mundo. Incentivo vocês a continuarem e serem ambientalmente responsáveis”, destacou.

“

Encorajo vocês a falarem disso para ser repetido para o mundo. Incentivo vocês a continuarem e serem ambientalmente responsáveis”.

Ngozi Okonjo-Iweala



PROJETO GARANTE TARIFA JUSTA PARA O SUCO DE LARANJA

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 355/20, de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que altera o cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) para exportação do suco de laranja, foi aprovado em novembro de 2022 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

Na prática, a proposta sustenta a solução de consulta interna da Receita Federal do Brasil que criava o imposto de exportação sobre suco de laranja. O relator do texto, deputado **Pedro Lupion (PP-PR)**, frisou que o projeto restabelece as práticas legais previstas em lei, alteradas de forma equivocada por meio de solução de consulta, e reguladas pela própria Receita Federal do Brasil. “Vencemos com ampla maioria e o mais importante é que os produtores brasileiros de suco de laranja ganham competitividade no mercado”, disse o deputado.

O autor, deputado **Alceu Moreira (MDB-RS)**, argumentou que o intuito da proposta é tentar evitar que se crie um imposto a mais sobre a renda dos produtores brasileiros. “Essa aprovação mostra a força do setor agropecuário, não vamos permitir tributação sobre as exportações de forma direta ou indireta em nenhuma cadeia do agronegócio brasileiro.



Pedro Lupion (PP-PR)



Alceu Moreira (MDB-RS)

FPA ALERTA PARA DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento Europeu aprovou em setembro de 2022 a ampliação de commodities que devem ser proibidas de importação se estiverem ligadas ao desmatamento. A nova medida de restrições exige que companhias se certifiquem de que produtos vendidos nos países da União Europeia não tenham origem em áreas desmatadas ou degradadas.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se manifestou contrária a decisão e divulgou uma nota oficial alertando que entende que a produção feita em áreas de desmatamento ilegal deve sofrer com as consequências estipuladas pela legislação brasileira, e concorda com as restrições a produtos provenientes destas regiões.

Mas, defende que, toda produção agropecuária estabelecida de forma legal, seguindo os parâmetros determinados pelo Código Florestal, não são cabíveis de embargos ou restrições de qualquer natureza.

Lembrando que a bancada defende a aprovação do Projeto de Lei (PL 510/2021), atualmente em análise no Senado Federal, que trata da Regularização Fundiária no país para que seja possível identificar, com transparência, quem está atuando de forma ilegal.

FPA COMEMORA PROMULGAÇÃO DO PROTOCOLO DE NAIRÓBI

A PROPOSTA ELIMINA SUBSÍDIOS À EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS PAÍSES INTEGRANTES DA OMC



Zequinha Marinho (PL-PA)

O Protocolo de Nairóbi (PDL 568/2020), acordo firmado na 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 19 de dezembro de 2015, no Quênia, foi promulgado por meio de decreto assinado em setembro de 2021.

A medida traz o compromisso de eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas aos membros da OMC, e tem por finalidade recolocar o produtor brasileiro em seu patamar de forte exportador agrícola e proibir práticas anticoncorrenciais de produtores estrangeiros, ao eliminar subsídios no comércio internacional de produtos agropecuários.

Para o relator da proposta, senador **Zequinha Marinho (PL-PA)**, o Protocolo de Nairóbi irá garantir condições mais justas de competitividade no co-

mércio internacional. “Isto, certamente, beneficiará a exportação dos produtos brasileiros”, destacou o senador.

O deputado **Alceu Moreira (MDB-RS)** ressaltou que a promulgação passa outra imagem internacional ao Brasil. “Estar no bloco de países que decidem sobre a concorrência e anti concorrência internacional, principalmente em um país como o nosso, com vocação agrícola, é de grande relevância”.



ALHO É MANTIDO NA LETEC APÓS MOBILIZAÇÃO DA FPA

Em junho de 2022, após articulação política de membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o setor produtivo, a Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério da Economia, manteve o alho na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum (Letec), cobrada de produtos trazidos de países que não fazem parte do Mercosul.

Na prática, a decisão impede que a produção nacional seja afetada pela taxa de importação, que seria reduzida de 35% para 14%. A mudança resultaria no enfraquecimento da concorrência com produtos importados, especialmente vindos da China.

Para o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado **Sérgio Souza**

(MDB-PR), a manutenção do alho na Latec se trata da defesa de produto nacional que possui uma cadeia produtiva estruturada. “A decisão, além de manter o imposto de importação em 35% evita prejuízos para produtores e trabalhadores do setor em possíveis disputas comerciais com outros países”, explicou.

Para o deputado federal **Zé Vitor (PL-MG)**, a redução do imposto de importação resultaria na perda de renda dos produtores e desemprego no campo. “Evitamos uma desestruturação da cadeia e fortalecemos o nosso produto dentro do mercado”, afirmou.



ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL ENTRE OS BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR RURAL

PROPOSTAS QUE DIRECIONAM RECURSOS PARA ANATER AVANÇAM NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Zé Silva (SD-MG)

O Projeto de Lei 356/2017 direciona para a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) 5% dos recursos recolhidos ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e 30% das receitas do fundo obtidas por multas, doações e legados.

Segundo o deputado **Zé Silva (SD-MG)**, autor da proposta, “a Anater precisa de recursos e o financiamento da assistência técnica e extensão rural é um grande desafio.”



Evair de Melo (PP-ES)

O relator, deputado **Evair de Melo (PP-ES)**, entende ser necessário reconhecer a importância do projeto no desenvolvimento econômico e social da população rural brasileira. “Reconhecemos a importância dos assistencialistas rurais na orientação quanto à segurança alimentar, nutrição de animais, educação e promoção de saúde”, disse.

Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) à Anater

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou, ainda em 2021, o relatório do deputado **Alceu Moreira (MDB-RS)** ao PL 4370/2020. O projeto, de autoria do deputado **Zé Silva (SD-MG)**, destina uma parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) à Anater.

Com a proposta, a previsão é que a divisão fique da seguinte forma: 4% destinados à entidade reguladora do setor de mineração e 3% para a Anater, o que significa um aumento de recursos para a assistência técnica rural no Brasil. “Isso significa promover a inclusão produtiva, trazer para o meio produtivo rentável milhares de famílias que sem esse conhecimento não teriam acesso”, disse Alceu Moreira.



Alceu Moreira (MDB-RS)

BANCADA ATUOU PARA MANTER A COMPETITIVIDADE DO SETOR COM A **RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO 100**

O CONVÊNIO REDUZ EM ATÉ 60% A ALÍQUOTA DE ICMS SOBRE A VENDA INTERESTADUAL DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Com acordo de tributar fertilizantes de forma escalonada (1% ao ano), o Conselho Nacional de Política Fazendária aprovou a prorrogação dos Convênios ICMS nº 100/1997 e 52/1991 até 31 de dezembro de 2025. Ação importante para a competitividade da produção rural brasileira, a manutenção da atividade econômica e a geração de empregos.

Os demais insumos permanecem como estão, 30% na redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na comercialização interna e interestadual de ração e sementes e de até 60% nos defensivos agrícolas.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, pontua que a bancada se empenhou muito pela renovação do Convênio 100 sem alteração, “desta forma foi possível manter zerados os outros insumos e trazer de forma escalonada até 2025”.

Para o deputado **Lucas Redecker (PSDB-RS)**, “o convênio gera diversos benefícios para a sociedade”. Já para o deputado **José Mário Schreiner (DEM-GO)**, “o Convênio 100 assegura a competitividade do setor agropecuário brasileiro e toda sociedade”.



Sérgio Souza (MDB-PR)

“

A FPA se empenhou muito pela renovação do Convênio 100”.

Sérgio Souza



José Mário Schreiner (DEM-GO)

O coordenador de infraestrutura e logística da FPA, o deputado **Arnaldo Jardim (CD-SP)** afirma que o Convênio 100 é defendido pela FPA. “Não é a solução definitiva, mas conseguimos um momento de tranquilidade para discutirmos isso e defender de novo o nosso produtor”.

PROJETO QUE ALTERA IMPOSTO DE RENDA **PODE ELEVAR CUSTOS DA AGROPECUÁRIA**

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, destacou em 06 de julho de 2021, que o projeto de lei (PL 2337/2021), referente a segunda etapa da reforma tributária, pode aumentar a carga de impostos no agronegócio e elevar o custo de produção no campo.

“O nosso setor já paga muitos impostos, precisamos discutir internamente e ouvir a Receita Federal e o governo como um todo. Não podemos permitir o aumento da carga tributária no setor agropecuário,” disse a época o deputado.

A proposta, aprovada na Câmara dos Deputados e agora em debate no Senado Federal, altera o Imposto de Renda sobre pessoas físicas e jurídicas e tributa a distribuição de lucros e dividendos. Segundo o parlamentar, caso o texto seja aprovado como está, toda a cadeia pode ser impactada e o setor poderá perder competitividade no mercado.

Entre outras medidas, a reforma estabelece que os lucros distribuídos passarão a ser tributados em 20%. Também consta no projeto o fim da divisão da tributação de fundos de renda fixa, que tem como objetivo seguir a variação diária das taxas de juros praticadas entre os bancos, que hoje varia de 15% a 22,5%, a depender do prazo para retirada.

O relator do PL 2337/21 na Câmara, deputado **Celso Sabino**, destacou o amplo diálogo com todas as bancadas, especialmente a FPA. De acordo com o parlamentar, o colegiado foi responsável por ajustes importantes do novo substitutivo.



PROJETO PRORROGA DE 5 PARA 15 ANOS OS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

A medida que abrange o imposto destinado à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais e às prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura foi aprovado, após forte articulação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em 28 de setembro de 2021, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O projeto prorroga de 5 para 15 anos (até 2032) os incentivos e benefícios fiscais vinculados às operações relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Membro da FPA, o deputado **Evair de Melo** ressal-

tou que a aprovação é de grande relevância, pois a prorrogação até 2032 dos incentivos fiscais concedidos pelos estados e Distrito Federal para empresas comerciais será um alívio, concedendo maior segurança jurídica. “O PLP gerará uma movimentação da economia, com geração de emprego e renda”, afirma o parlamentar.

O deputado **Vermelho (PSD-PR)** enfatiza a importância do agronegócio para a economia do país. “A atividade agropecuária, inclusive aquela executada por pequenos produtores rurais, não pode ser penalizada pela dificuldade dos demais setores econômicos”.

TRIBUTAÇÃO DE SEMENTES:

FPA ARTICULA MUDANÇA NA COBRANÇA

A PROPOSTA ESTABELECE QUE EMPRESAS DE SEMENTES NÃO SE SUBMETERÃO AOS LIMITES DE DEDUÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL RELACIONADA AOS ROYALTIES

FPA ARTICULA E GOVERNO REVOGA ISENÇÃO TARIFÁRIA PARA IMPORTAÇÃO DO QUEIJO MUÇARELA

Durante a reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em 12 de maio de 2022, os deputados e senadores membros da banca foram alertados pelas entidades do setor a respeito dos prejuízos relacionados à isenção tarifária para o queijo muçarela vindo dos países de fora do Mercosul, como por exemplo a concorrência injusta frente ao produtor leiteiro do Brasil. Diante disto, a FPA articulou junto ao governo federal que a taxação à importação do produto fosse restabelecida.

Para o presidente da FPA, deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, “o fato de sermos um país produtor de alimentos, com mais de 1 milhão de famílias que produzem leite com dificuldade, não permite que a situação se tornasse ainda mais desleal”. Foi necessário um trabalho com muito diálogo para o restabelecimento da taxação para dar garantia ao produtor rural.

O deputado **Evair de Melo (PP-ES)** explicou a articulação para retirada da isenção. “Nos reunimos com o ministro Paulo Guedes que recebeu os nossos argumentos contrários a isenção. Nós mostramos que a medida tem um impacto em cadeia em todo o setor de laticínios do Brasil.”

De autoria do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado **Sérgio Souza (MDB-PR)**, o Projeto de Lei 947/22 foi aprovado em 14 de dezembro de 2022 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e aguarda análise no Senado Federal. A proposta altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Relator da medida na CCJC, o deputado **Darci de Matos (PSD-SC)** destacou que o projeto faz “apenas o ajuste correto da apuração do lucro, que deve considerar, em última análise, todas as despesas efetivamente ocorridas”.

Membro da FPA, o deputado **Pedro Lupion (PP-PR)** ressaltou também que o objetivo é evitar uma bitributação, com a cobrança de royalties tanto de sementeiros quanto de produtores rurais.

“Por exemplo: eu sou um grande laboratório multinacional e desenvolvo uma cultivar, uma semente. Essa cultivar é vendida para sementeiros, cooperativas, que vão multiplicá-la e colocar no mercado para que seja comprada pelos produtores rurais, que vão plantar e colher, usar essa semente como base. Quem tem que pagar esse royalty para o laboratório que desenvolveu a semente é o sementeiro, é quem faz a distribuição dela para o mercado”, explicou o deputado.



Sérgio Souza (MDB-PR)



Darci de Matos (PSD-SC)



Paulo Bengtson

Paulo Bengtson foi eleito vereador em 2012, onde ficou no cargo até 2018.

Durante seu mandato como deputado federal, participou das Comissões de Agricultura e Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Esteve na vice-presidência da região Norte da FPA no biênio 2021 e 2022.

Por que decidiu integrar a FPA e defender o agronegócio brasileiro?

A produção agrícola é uma vocação histórica nacional e atualmente é a atividade econômica que mantém a prosperidade do Brasil. Essa geração de riqueza demanda representatividade, principalmente nas Casas Legislativas.

A evolução do agro paraense tem acompanhado o crescimento nacional?

Temos o quarto maior rebanho do Brasil e somos responsáveis pela maior parcela de exportação de bois vivos do país. Há o crescimento local da produção de grãos, que conta com a força da agricultura familiar no plantio de espécies nativas.

Qual momento da sua atuação no parlamento merece destaque na defesa do agronegócio?

O Programa de Bioinsumos, do qual fui relator na Comissão de Meio Ambiente. Tem também o projeto do Alimento Mais Seguro, que atualiza a legislação sobre uso de defensivos agrícolas no Brasil. A ampliação do Plano Safra só ocorreu por causa da atuação firme dessa Frente, que é a maior em Brasília.

FPA TAMBÉM SE DEDICOU ÀS QUESTÕES TRABALHISTAS

MEDIDAS PROMOVERAM MUDANÇAS NA CLT E INSTITUÍRAM SISTEMAS HÍBRIDOS DE TRABALHO

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) jamais abdicou de tomar as rédeas de temas que se façam fundamentais para o desenvolvimento do país, e uma das questões mais pertinentes é a área trabalhista. Por isso, foi favorável às Medidas Provisórias que beneficiam o trabalhador, como: MP 1108 e 1109/22 (transformadas nas Leis nº 14.442/22 e 14.437/22).

No caso da MP 1108, que trata do auxílio-alimentação e do teletrabalho, o texto aprovado possibilitou a adoção de sistema híbrido (teletrabalho/presencial) e evitou que benefícios tributários relacionados às despesas com programas de alimentação do trabalhador fossem utilizados para o fornecimento de benefícios de outra natureza.

Acerca da MP 1109, ela abordou as medidas emergenciais em tempos de calamidade pública, tal como no caso da pandemia de Covid-19. Adotou, por exemplo, a obrigatoriedade de o empregador fornecer equipamentos e a infraestrutura à prestação do teletrabalho, sem caracterizar verba de natureza salarial.

Para o deputado federal **José Mário Schreiner (MDB-GO)**, a pandemia ensinou que se deve produzir e trabalhar sempre dentro de um regime de segurança jurídica. “É preciso criar meios sólidos para que o trabalho aconteça. Isso a FPA sempre soube fazer”.



José Mário Schreiner (DEM-GO)

MP 1116 – Mulheres e Jovens

Um dos fatores que amenizaram as consequências do pós-“lockdown”, foi a MP 1116/2022, transformada na Lei nº 14.457/22, que institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens. A Medida Provisória criou formas para impulsionar a empregabilidade das mulheres, como a flexibilização do regime de trabalho, com adoção de jornada parcial e banco de horas, por exemplo.





“ENCONTRO DE LIDERANÇAS” MOSTRA FORÇA DO SETOR AGROPECUÁRIO EM UNIR O PARLAMENTO

O “Encontro de Lideranças” promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), no dia 22 de novembro, em Brasília, demonstrou que o setor produtivo consegue unir opiniões em benefício do país. Com a presença de autoridades e entidades do setor, o agro brasileiro foi reconhecido e parabenizado pelas conquistas, especialmente, na 57ª Legislatura.

O presidente da FPA, deputado federal **Sérgio Souza (MDB-PR)**, enalteceu a força do agro, lembrou da importância do Brasil como principal exportador de alimentos, peça-chave na erradicação da insegurança alimentar mundial.

“Lutamos pela redução de custo de produção e alimento mais barato na mesa do brasileiro. Esse é o poder do agro, que produz alimentos e eleva o Brasil ao patamar econômico e mundial que merece”, enfatizou.



Esse é o poder do agro, que produz alimentos e eleva o Brasil ao patamar econômico e mundial que merece”.

Sérgio Souza



O presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal **Arthur Lira (PP-AL)**, esteve no evento e teceu diversos elogios aos avanços do setor agropecuário e, na mesma linha adotada pelo senador Zequinha, estabeleceu o diálogo como o grande indutor de boas ideias no Parlamento.

“Conseguimos honrar os compromissos com a bancada porque dialogamos e chegamos a um denominador comum. Eu aprendi muito com grandes líderes da FPA, inclusive nesse quesito”, afirmou.



O então ministro da Agricultura **Marcos Montes** dividiu os louros do sucesso com o Congresso Nacional e as entidades participantes. O ex-presidente da FPA recordou que os últimos anos foram marcados por vitórias e pela construção de novas narrativas acerca do que o país, de fato, faz pelo meio ambiente e pelo mundo.

“O agro jamais havia sido tratado conforme é hoje, como pauta principal. E o Brasil, que antes era colocado com adjetivos equivocados a respeito de tantos temas, hoje consegue levar a verdade a cada canto do mundo. Nós temos as palavras, mas também temos as ações de uma nação que produz e preserva com excelência”, concluiu.

Se existe a necessidade de lideranças no Congresso Nacional, como o próprio evento sugeriu, o vice-presidente da FPA no Senado Federal, senador **Zequinha Marinho (PL-PA)**, mencionou em seu discurso a necessidade de união entre os pares.

“Temos projetos importantes que precisam avançar e são frutos do trabalho da FPA. Se tirarmos o agro, o Brasil não vai caminhar. Por isso, torna-se cada dia mais fundamental o diálogo. Queremos abraçar os que estão chegando e mostrar a importância da união”.



Uma das principais figuras do setor, especialmente nos últimos anos, quando esteve à frente do Ministério da Agricultura (MAPA), a senadora **Tereza Cristina (PP-MS)** discursou com a certeza de que os outros segmentos devem olhar para o agro brasileiro como norte.

“Somos líderes em qualquer quesito que seja apresentado. Não apenas os outros setores, mas o nosso país necessita olhar para as nossas conquistas como uma forma de inspiração e, assim, crescer como deseja e merece”, disse.





A FPA promoveu, em comemoração aos 10 anos do Código Florestal, um evento que ressaltou o empenho da bancada na aprovação e os gargalos que ainda existem sobre o tema.

O momento contou com a presença do presidente da bancada, deputado Sérgio Souza (MDB-PR) e dos deputados Josivaldo JP (PSD-MA), Alceu Moreira (MDB-RS), Paulo Bengtson (PTB-PA), Pedro Lupion (PP-PR), Vinícius Poit (Novo-SP), Giacobbo (PL-PR), Dr. Leonardo (Rep-MT), Evair de Melo (PP-ES), Luiz Nishimori (PSD-PR), Osmar Serraglio (PP-PR), Hildo Rocha (MDB-MA), Lúcio Mosquini (MDB-RO), Domingos Sávio (PL-MG), senadores Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Zequinha Marinho (PL-PA), ex-deputado Paulo Piau, ministro Marcos Montes, deputada Tereza Cristina (ministra MAPA).

Em evento da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), no final de 2022, o presidente, deputado Sérgio Souza (MDB-PR), fez um balanço de sua gestão frente à bancada, no biênio de 2021/22. A reunião contou com a presença do embaixador Alexandre Peña Ghisleni, dos ministros Carlos França (MRE), Marcos Montes (MAPA), Joaquim Leite (MMA) e dos senadores Zequinha Marinho (PL-PA), Tereza Cristina (PP-MS), Jorge Seif (PL-SC), dos deputados Evandro Gussi (PV-SP), Dr. Luiz Ovando (PP-MS), Pedro Lupion (PP-PR), Giovanni Cherini (PL-RS), José Rocha (União-BA), Vicentinho Jr. (PP-TO), Aline Sleutjes (PROS-PR), Alceu Moreira (MDB-RS), Domingos Sávio (PL-MG) e Marcos Pollon (PL-MS).



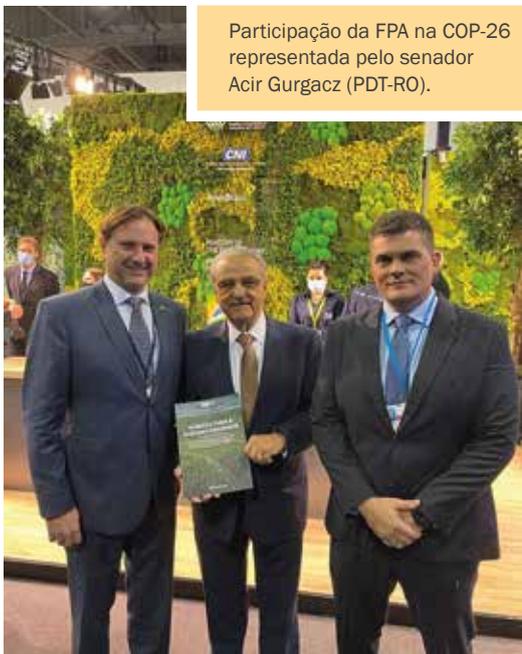
Cerimônia de eleição da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Abrass), com a presença do presidente da FPA, deputado Sérgio Souza (MDB-PR), dos membros da bancada, deputados Pedro Lupion (PP-PR), Alceu Moreira (MDB-RS), e do presidente do IPA, Nilson Leitão.



Evento “Encontro Nacional do Agro”, organizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Participaram o presidente da FPA, deputado Sérgio Souza (MDB-PR), a deputada Tereza Cristina (PP-MS), o ministro do MMA, Joaquim Leite, o ministro do MAPA, Marcos Montes, o presidente da República, Jair Bolsonaro e o presidente da CNA, João Martins.



Participação da FPA na COP-26 representada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO).



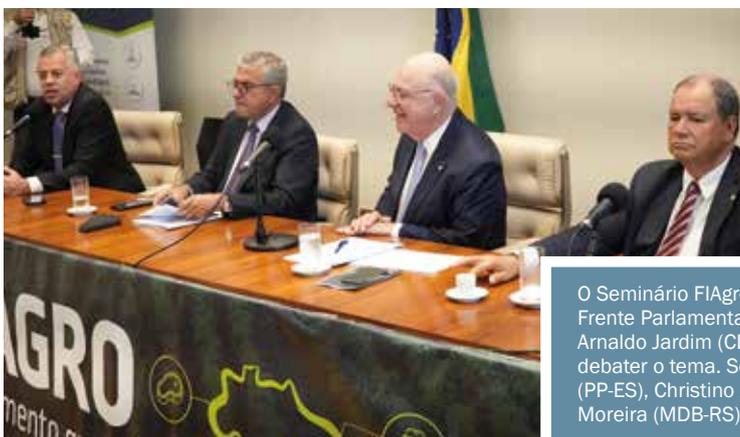
Os ministros Joaquim Leite (MMA) e Tereza Cristina (MAPA) participaram de debates sobre produção sustentável na COP-26.



Na COP 27, o presidente da FPA, deputado Sérgio Souza (MDB-PR), esteve presente junto com o ministro Joaquim Leite (MMA) e o Coordenador de Política Agrícola, deputado Pedro Lupion (PP-PR).



Participação da FPA na COP-26 representada pelo Coordenador de Comunicação da bancada, deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG).



O Seminário FIAgro – Investimento que Alimenta, organizado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e coordenado pelo deputado Arnaldo Jardim (CD-SP), trouxe especialistas e parlamentares para debater o tema. Se encontram na foto os deputados Evair de Melo (PP-ES), Christino Áureo (PP-RJ), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e Alceu Moreira (MDB-RS).



Esteve presente também na COP 27, o coordenador de comunicação da FPA, deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE - MG).



Com a presença de autoridades, entidades do setor, parlamentares e novos integrantes do Congresso Nacional, eleitos para a 57ª Legislatura, o Encontro de Lideranças – Perspectivas 2023, promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), marcou as boas-vindas aos deputados e senadores que, a partir de 1º de fevereiro, integrarão o Poder Legislativo. Estão na foto o presidente da FPA, deputado Sérgio Souza (MDB-PR), presidente do IPA, Nilson Leitão, presidente da CNA, João Martins, ministro do MRE, Carlos França, ministro do MAPA, Marcos Montes, senadora eleita, Tereza Cristina (PP-MS), senador Zequinha Marinho (PL-PA), presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP - AL), ex ministro do MAPA, Roberto Rodrigues e o presidente do Sebrae, Carlos Melles.



O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sérgio Souza (MDB-PR), e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina (PP-MS), foram homenageados na sede da CNA, em Brasília, e receberam o Prêmio Agro Brasil.

Participação da FPA na Gulfood, uma das maiores exposições de alimentos do mundo. Estão presentes na foto o presidente da FPA, deputado Sérgio Souza (MDB-PR) e o coordenador de Política Agrícola da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR).



O Presidente da FPA, deputado Sérgio Souza (MDB-PR), foi homenageado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pelo reconhecimento de seu trabalho a favor do setor agropecuário.

Quem disse que dinheiro não dá em árvore?

Você já conhece os Fiagro's?

É o fundo de investimento do setor produtivo brasileiro, criado e aprovado pela FPA.

Invista no setor que movimenta a economia, gera emprego e renda para o Brasil!

Escaneie o QR code e baixe um e-book sobre tudo que você precisa saber!





 @fpagropecuaria

 @fpagropecuaria

 @fpagro